

LEVANTAMENTO HISTÓRICO

RELATÓRIO PRELIMINAR

TRANSCRIÇÃO DE FONTES BIBLIOGRÁFICAS, RELATÓRIOS
GOVERNAMENTAIS E JORNAIS

EVOLUÇÃO CONSTRUTIVA DA IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA
DA CONCEIÇÃO DA BARRA DO RIO SÃO MATEUS - ES

1. REPOSITÓRIO DIGITAL BIBLIOTECA NACIONAL –

<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

1.1. JORNAL COMMERCIO DO ESPIRITO SANTO

DOMINGO - 26 AGOSTO 1900 – PÁGINA 02

ECHO DAS LOCALIDADES

Visita pastoral

Barra de S. Matheus

Ha dias que se esperava com anciedade a chegada do exmo. Bispo desta diocese.

Até que afinal, no dia 8 do corrente pelas 5 horas da tarde s. exa. aqui chegou sendo recebido no porto por grande massa de povo, ao som da musica, troar de bombas e foguetes.

S. exa. saltou em frente á rua de Fóra e seguiu pela rua do Commercio que se achava toda enfeitada de arcos de folhagens, bandeiras e bandeirinhas.

Chegado que foi com sua comitiva a casa destinada a residencia episcopal, ahi tomou a palavra o Dr. Carlos Gonçalves juiz de direito desta comarca, que fez alusão aos grandes dotes da pessoa do exmo. snr. Bispo e do prazer que se achava possuído o povo desta cidade pela honra da visita.

Em seguida o sr. Benevides Barbosa, leu um soneto que offereceu a s. Exa. o menino Alcibiades, filho do snr. João Alfredo Gomes dos Santos, leu um discurso feito por si e seus companheiros de aula; as meninas Estellina Comelia e Marianalia de Lima, a primeira fez oferta de um ramo de flores naturaes e a segunda disse um pequeno discurso dando a s. exa. as boas vindas; orarão mais o snr. Joaquim Ignacio da Fonseca como membro da commissão de recepção e o snr. Manoel Leite Pereira da Silva, concluindo-se com um hmno a s. exa. composto pelo snr. Benevido Barbosa e cantado por um grupo de gentis senhoritas.

Em seguida s. exa. paramentou-se e fez sua entrada solemne na matriz as 8 horas da noite, entoando-se o *Te-deum Laudamos*.

Nos dias seguintes em continuação da visita, havia sempre missa ás 8 horas da manhã e terço ás 7 horas da noite, concorrendo a todos os actos a banda de musica desta cidade e numeroso concurso de fieis. Pela manhã pregava o Revmo padre Agostinho Martelli e á noite, s. exa. fazendo tambem chrisma ao meio dia.

Determinou s. exa. em sermão anterior que sua visita terminaria no dia 15 dia da Assmpção de N. S.

No dia 12 foi creada nesta cidade a Congregação de Maria Auxiliadora e no dia 13 foram entregues as medalhas e por s. exa. nomeada a mesa da mesma congregação que ficou composta das exmas. snras. D. Henriqueta Fonseca, Dorothea Santos, Olegaria Tatú, Elvira Pereira e Luiza Faria.

No dia 14 começaram os festejos de nossa Senhora da Bôa Morte, resando-se o terço e sahindo em procissão a imagem, ás 7 horas da noite com canticos entoados por diversas moças e cantando a Ave Maria a menina Marianalia de Lima.

No dia 15, teve logar a missa solemne sendo celebrante o parcho desta cidade Revmo. Padre Ricardo Roperes e orando ao evangelho o padre Samuel Fragoso. O gradual do dia foi cantado pelo snr. Fernando Ozorio e a missa por diversos moços fazendo os solos “[?]no gloria e et incarnatus no credo o snr Benevides Barbosa.

A banda de musica tocou em outros actos, coadjuvando tambem a banda de musica vinda da cidade de S. Matheus a cumprimentar S. Exa.

A tarde houve procissão da virgem, a que acompanhou s. exa. e enorme numero de fieis, irmandades, grande numero de senhoras empunhando cada uma sua bandeirinha de cores diversas com quadrinho, comeregistros [sic ??], todas dispostas em alas.

Esteve imponente.

Recolheu-se a procissão as 6 e meia horas, encerrando-se com pratica pelo Ver. Padre Agostinho e benção do S. S. Sacramento.

No dia 16 seguiu s. exa. para Itaunas de onde regressou dia 18, ficando encerrada sua primeira visita pastoral pelo norte do estado .

Cabe um voto de louvor ao snr. Joaquim Fonseca e sua senhora pela maneira que receberão e tratarão a s. exa. durante os dias de sua estada aqui.

22 de Agosto de 1900.

1.2. JORNAL CORREIO DA BAHIA

07 DE FEVEREIRO DE 1878 – PÁGINA 01

ESTRADA E FERRO DE SÃO MATEUS

Em 25 do passado o ministério da agricultura recebeu um officio do vice diretor desta estrada, comunicando que no dia 16 do mesmo mês ficará pronto o ramal da linha do norte da cidade de São Mateus para a Barra e nesse dia se inaugurara a estação da vila da Barra de São Mateus.

1.3. RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA

ESPÍRITO SANTO. Fala que Exmo. Presidente da província do Espírito Santo dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de abril de 1839. RJ, Tipografia do Diário, de N.L. Vianna, 1839. Pág. 18.

Mapa resumido da população da Província do Espírito Santo organizado no ano de 1839 à vista das relações parciais remetidas pelos juizes de paz, com declaração do aumento, ou diminuição, que houve com referencia aos mapas feitos nos anos de 1827 e 1833.

*Em 1827 Serra era Freguesia e fazia parte do município da Vitória; por essa razão não vai completa no ligar respectivo a sua população naquele ano. O mesmo se deve entender à respeito d Barra de São Mateus, que se achava compreendida no município de São Mateus.

Pelo presente quadro se colige que a população da Província montava, em 1827 a 35.353 habitantes. Em 1833 a 27.916 habitantes. Em 1839 a 26.080 habitantes.

Município	Ano	População
São Mateus	1827	5.313
	1833	4.350
	1839	2.680
Barra de São Mateus	1827	--
	1833	1.279
	1839	1.222

ESPÍRITO SANTO. Discurso com que o Exmo. Presidente da província do Espírito Santo o Dr. João Lopes da Silva Coito, fez a abertura da sessão ordinária da Assembleia Provincia, no dia 8 de setembro de 1838. RJ, Tipografia de Josino do Nascimento Silva, 1838. Pág. 21.

Nada posso dizer a cerca da matriz da vila da Barra de São Mateus porque o seu pároco não envio as informações que se exigiram.

ESPÍRITO SANTO. Fala com que o exmo. Presidente da Província do Espírito Santo José Joaquim Machado d'Oliveira abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de abril de 1841. RJ, Tipografia Nacional, 1841, Pág. 25.

Continua a necessidade de reparar-se quanto antes a Matriz da Vila da Barra de São Mateus, que, segundo a informação do respectivo pároco, desde 1838 dirige ele reclamações a semelhante respeito. Devia ser notório na Província, que na presente Lei do Orçamento consignastes quantia a fim de ser, em rateio, ou em atenção às necessidades reconhecidas, distribuídas para o reparo das matrizes existentes; e a notícia do Vigário da Vila da Barra chegaria sem duvida esta disposição, mas, não exigindo coisa alguma, não era o Governo atual o que cumpria-lhe tomar a iniciativa neste caso, visto que há poucos dias é que teve conhecimento do estado daquela Igreja.

ESPÍRITO SANTO. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo o Doutor Luiz Pedreira do Coutto Ferraz na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1847. RJ Tipografia do Diário de N.L. Vianna, 1848, Pág. 17-18.

O reverendo vigário da vila da Barra do São Mateus informou a esta presidência, que os reparos mais urgentes de que necessita a sua igreja são: a reforma de uma parede, o concerto do assoalho, do telhado e de algumas portas, além de duas alvas para o culto divino. A assembleia provincial reconheceu há anos tais necessidades consignando verba para satisfazê-la, mas que por falta de fundos não se realizou, tendo sido atualmente orçada as despesas correntes na quantia de 400\$000 réis.

ESPÍRITO SANTO. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo o Doutor Luiz Pedreira do Coutto Ferraz na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de março de 1848. RJ Tipografia do Diário de N.L. Vianna, 1848, Pág. 12-15.

Contratei os concertos da igreja de Benevente... devendo essa despesa ser paga pelo saldo da respectiva fábrica, existente em caixa, como fiz à cerca de alguns reparos mais urgentes, que autorizei, na igreja da vila da Barra de São Mateus...

...Devo por esta ocasião lembrar-vos a conveniência de estender à vila da Barra de São Mateus o mesmo privilégio, outorgado pela lei provincial nº 11 de 27 de julho de 1846 às matrizes das vilas de Itapemirim e São Mateus. Quando estive naquela vila, diversas pessoas e autoridades me representarão nesse sentido.

... Com parte da quantia arrecadada em virtude da lei citada, autorizei a câmara municipal da vila de São Matheus para formar um cemitério, conveniente mente murado, em lugar adequado, que reúna as precisas condições higiênicas. Era uma das mais importantes necessidades publicas da mencionada vila. O atual, no centro de uns muros velhos da antiga matriz, no coração do povoado, oferece graves inconvenientes á salubridade publica e á decência que exige o seu objeto.

... Na Villa de São Matheus serve de pároco um sacerdote, que é ao mesmo tempo professor de gramática latina. Sobre ele pesam todas as funções do ministério paroquial, no entanto que, por esse trabalho, nenhuma gratificação tem percebido até o presente. Ultimamente representou-me a tal respeito, e não cabendo em minha alçada deliberar acerca de seu pedido, recomendo á vossa consideração, para que, á vista de sua representação, que vos será transmitida, tomeis a deliberação, que for de justiça.

ESPÍRIO SANTO. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Antonio Pereira Pinto entregou a Presidência da Província do Espírito Santo, ao Exmo. Sr. Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente da mesma. Vitória, Tipografia Capitaniense, de P.A. de Azeredo, 1849, Pág. 16.

Mandei entregar igualmente ao pároco da vila da Barra de São Mateus, a quantia de 76\$000 réis, para a compra de algumas alfaias, de que segundo me informou o reverendo vigário da vara, muito precisava essa matriz.

ESPÍRIO SANTO. Relatório com que o Exmo. Sr. Filippe José Pereira Leal Presidente da Província do Espírito Santo abriu a sessão ordinária da respectiva Assembleia Legislativa, no dia vinte e cinco de julho do corrente ano. Vitória, Tipografia Capitaniense de P.A. de Azeredo, 1850. Pág. 17-18.

A vista do que me representaram a câmara municipal da vila da Barra de São Mateus, o respectivo vigário e fabricante, autorizei os reparos mais indispensáveis da igreja matriz, que baquearia se se não acudisse de pronto. Nomeei uma comissão para dirigir essa obra, e a sua disposição mandei por a quantia, que houvesse arrecadada para tais reparos em virtude da lei nº 3 de 03 de abril de 1848. A dita comissão compõe-se do tenente coronel Reginaldo Gomes dos Santos, vigário Manoel dos Santos Pereira, capitão Manoel Ribeiro de Jesus Silves, fabricante João de Souza Victória e Silva.

ESPÍRIO SANTO. Relatório que o Exmo. Presidente da Província do Espírito Santo o bacharel José Bonifácio Nascentes d'Azambuja dirigiu à Assembleia Legislativa da mesma província na sessão ordinária de 24 de maio de 1852. Vitória, Tipografia Capitaniense de P.A. de Azeredo, 1852. Pág. 33-34.

... A igreja da Vila da Barra com quanto esteja provida de pároco, contudo poucos socorros dele recebe pelo seu estado de cegueira, e idade avançada, e por estes 3 meses pelo menos tem de ficar em abandono em consequência da licença que lhe concedi para tratar de sua saúde; sirvo-me da imprecisão abandono por não haver clérigo, que o substitua em sua ausência, nem poder ser socorrida pelo Vigário da Cidade de São Mateus pela distancia em que fica uma da outra povoação.

Estão em construção as Matrizes da Cidade de São Mateus, Vila da Barra...

ESPÍRITO SANTO. Relatório que o Exmo. Sr. Presidente da província do Espírito Santo o Dr. Evaristo Ladislau e Silva dirigiu à Assembleia Legislativa da mesma Província na sessão ordinária de 23 de maio de 1853. Vitória, Tipografia Capitaniense de P.A de Azeredo, 1853. Pág. 23.

Pelo que pertence à matriz da Vila da Barra a comissão respectiva me informou em 22 de fevereiro último que ela é edificada de pedra e cal, com cinquenta palmos de comprimento [10,16m.] e trinta e seis de largura [7,31m.], e trinta de altura [6,09m.] e que se acha assoalhada e com telhado, faltando a cimalha, reboque e portas, que se deu principio à torre com dimensões para nela assentar a pia batismal, por não haver no corpo da igreja lugar para ela, que se acha feito o alicerce da sacristia, e não principiou a capela mor, sendo gasto desde o começo da obra em 1851 até dezembro de 1852 a quantia de 2:431\$500.

Reclama-se com razão um cemitério para este lugar, não podereis de certo dar já uma consignação para eles, porém é possível que autorizeis a ser tirada da que é marcada para a igreja, de que hos ocupamos agora, a quantia precisa para a despesa de uma cerca que deixe o terreno que se destina para o dito cemitério.

ESPÍRITO SANTO. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Sebastião Machado Nunes presidente da província do Espírito Santo abriu a sessão ordinária da respectiva Assembleia Legislativa no dia vinte e cinco de maio do corrente ano. Vitória, Tipografia Capitaniense de P.A. de Azeredo, 1854. Pág. 28.

As freguesias da vila da Barra de São Mateus e a de Nova Almeida foram ultimamente providas de párocos: para a primeira foi nomeado o Rev. Manoel Maria de Bocage.

ESPÍRITO SANTO. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Sebastião Machado Nunes presidente da província do Espírito Santo abriu a sessão ordinária da respectiva Assembleia Legislativa no dia vinte e cinco de maio do corrente ano. Vitória, Tipografia Capitaniense de P.A. de Azeredo, 1855. Pág. 32-33.

Matriz da Vila da Barra de São Mateus

O templo, que se está construindo nesta vila para servir de matriz, tem as paredes do corpo da igreja já prontas e o competente telhado, bem como parte da torre. Tendo sido ajustada por empreitada quase toda a restante obra de pedreiro, relativa à capela mor e sacristia, confio que esta edificação de agora em diante vai ter um rápido andamento.

ESPÍRITO SANTO. Relatório que o Exmo. Sr. Barão de Itapemirim primeiro vice presidente da Província do Espírito Santo. Apresentou na abertura de Assembleia Legislativa Proncincial no dia 25 de maio de 1857. Vitória, Tipografia Capitaniense de P.A. de Azeredo, 1857. Pág. 10.

Matriz da Barra de São Mateus – As obras desta matriz não tiveram andamento durante o ano próximo passado porque, diz a comissão, nesse tempo tratou de ajuntar numerário para poder satisfazer as prestações conforme contrato feito com o pedreiro Antonio José de Freitas.

ESPÍRITO SANTO, Relatório com que o Exmo. Sr. Comendador Pedro Leão Velloso ex-presidente da Província do Espírito Santo passou administração da mesma província ao exmo. Sr. Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim segundo vice-presidente no dia 14 de abril de 1860 do relatório e apensos com que o mesmo Exmo. Sr. Vice presidente fez a abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 24 de maio do corrente ano e do officio com que passou a administração da província ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Alves de Souza Carvalho. Vitória, Tipografia Capitaniense de P.A. de Azeredo, 1860. Pág. 02.

Todas [as igrejas] se acham providas de vigários colados, exceto da cidade e vila da Barra de São Mateus, a de Nova Almeida, a do Cachoeiro de Itapemirim, a do Espírito Santo, e a do Alegre; dessas estão vagas a primeira e a penúltima, as outras encomendadas.

ESPÍRITO SANTO. Presidente Lima e Castro 22 de março de 1861. Pág. 35

A matriz começada há poucos anos ainda não está concluída, mas coberta e ao abrigo das chuvas, já se podem celebrar nela os ofícios religiosos. Esta paróquia esteve por muitos meses privada de pastor espiritual. Ultimamente, na ocasião em que atendemos aos pedidos da respectiva municipalidade, dirigia-me ao Exmo. Bispo Diocesano pedindo-lhe providências, apresentou-se um sacerdote com provisão de vigário encomendado.

ESPÍRITO SANTO. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1862 pelo presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior. Vitória, Tipografia Capitaniense de Pedro Antonio D'Azeredo, 1862. Pág. 26.

Em 14 de janeiro de 1861 foi expedida ordem para que o cidadão Ignacio Gomes dos Santos, encarregado dos reparos na matriz da Barra de São Mateus recebesse a quantia de 800\$000rs destinada à conclusão desse templo.

Os trabalhos prosseguiram e presentemente acham-se quase concluídos. Faltam apenas a pintura e douramento dos altares, e pequena obras que aquele cidadão em ofício de 19 de outubro do ano próximo passado orça em 3:000\$000rs.

ESPÍRITO SANTO. Presidente Pereira Junior. Relatório 23 maio 1863. Publicado como anexo do Relatório 28 maio 1863. Pág. 12-13

A extensão das paróquias nesta, como em outras províncias, é considerável, obstando pelo cumprimento ao exercício pronto e constante do sacerdócio. De mais a falta de pingues benesses que forneça o preciso para satisfação das mais urgentes necessidades da vida, torna difícil o provimento das paróquias menos populosas. Na privincia: as da Barra de São Mateus, Itaunas e Afonsino acham-se vagas, e nem ao menos há quem solicito provisão de encomendado para nela officiar.

...Vendo que a matriz da freguesia da Barra se achava quase concluída, necessitando para que se prestasse dignamente ao serviço religioso, de obras no valor de, quanto muito dois contos de reis, ordenei em 16 de março de 1863 que se entregasse aquela quantia a uma comissão composta do Dr. Juiz de direito da comarca, do engenheiro Leopoldo Augusto Deocleciano de Mello e Cunha e do cidadão Ignacio Gomes dos Santos.

Comarca	Invocação	Invocação	Data de sua criação	Quais os vigários	Data das cartas de colação e das provisões dos encomendados
São Mateus	Vila da Barra do mesmo nome	N. S. da Conceição	Por decreto de 11 de agosto de 1831	Fr. João de Santo Antonio Calmon	Provisão de 24 de Setembro de 1864

ESPÍRITO SANTO. Relatório apresentado pelo Exmo. 1º vice-presidente Dr. Eduardo Pindahiba de Mattos na ocasião de entregar a administração da Província ao Exmo. Presidente Dr. José Joaquim do Carmo. Vitória, Tipografia do Jornal da Vitória, 1865. Pág. 07.

Por provisão do vigário capitular – sede vacante - de 4 de outubro do ano findo foi nomeado para vigário da vila da Barra de São Mateus, por falecimento do padre Bernardino de

Santa Eufrosina Rego Barros, o padre Manoel Cordeiro dos Santos, que já se acha em exercício.

ESPÍRITO SANTO. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial no dia da abertura da sessão ordinária de 1866 pelo Presidente Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. In.: Jornal da Vitória, 23 de junho de 1866, Pág. 02.

BARRA DE SÃO MATEUS

Ainda não se concluíram as obras da Igreja Matriz desta freguesia, sendo necessários altares laterais e forro para a sacristia, cuja despesa calcula o vigário em 600\$000rs.

No altar mor não existe banquetas nem castiçais, e é necessária a quantia de 200\$000rs para esses objetos, bem como a de 50\$000rs para a compra de uma pia.

Há também previsão de novos paramentos para os quais calcula o vigário suficiente a quantia de 400\$000 réis.

ESPÍRITO SANTO. Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo pelo Exmo. Sr. Presidente Dr. Luiz Antonio Fernandes Pinheiro no ano de 1868. Vitória, Tipografia do Correio da Vitória, 1869. Pág. 11.

Ao vigário da Barra de São Mateus, mandei na forma da lei nº 31 de 19 de dezembro do ano passado, entregar a quantia de um conto de réis, para compra de paramentos, em 15 de janeiro do corrente ano.

ESPÍRITO SANTO. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo em sua sessão ordinária de 8 de março de 1881 pelo Presidente da Província Exmo. Sr. Dr. Marcellino de Assis Tostes. Vitória, Tipografia do Correio da Vitória, 1881. Pág. 31.

Barra de São Mateus

O estado da Matriz desta freguesia é satisfatório pelo seu ornato e decência, ressentindo-se, porém, da falta de paramentos.

ESPÍRITO SANTO. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Marcellino de Assis Tostes no dia 13 de fevereiro de 1882 passou a administração da Província do Espírito Santo ao Exmo. Sr. Tenente Coronel Alpheu Adelpho Monjardim de Andrade e Almeida primeiro vice presidente. Vitória, Tipografia do Horizonte, 1882. Pág. 16.

Barra de São Mateus

A sua Igreja acha-se em bom estado, só precisa de paramentos.

ESPÍRITO SANTO. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Bernardino de Souza Monteiro, ao Congresso Legislativo, em sua 3ª sessão ordinária da 9ª legislatura. 1919, Pág. 22-23, 26

Citamos o aviso de 10 de abril de 1823; convém que lhe salientemos a origem.

Tendo o Governo Provisório da província do Espírito Santo, representado contra a anomalia de permanecerem sujeitos ao Governo adverso ao Império, com sede na Bahia, a Vila e o povo de São Mateus, mandou o Imperador declarar no dito aviso que ambos deviam reconhecer-se sujeitos ao governo que ficasse mais próximo, até que a Assembleia Geral do Brasil, determinasse os limites das respectivas províncias.

Como quer que continuasse pouco esclarecida a raia divisória do município espírito-santense de São Mateus pela extensão do Mucury, onde se acham localizadas as *pedras pretas*,

(em língua geral ita-unas) em 1831, a Regência trina, expediu em nome do Imperador, o seguinte decreto, após ter sido aprovado pela Assembleia Geral:

Art. Único. Que a atual Capela Filial da povoação da Barra de São Mateus, que já tem pia batismal e cemitério, seja ereta Paróquia, abrangendo a mesma povoação e todos os povos estabelecidos nas margens de leste dos rios Preto e Santa Anna, dividindo com a freguesia da dita vila ao oeste pelos referidos rios; ao sul com a de N. S. da Conceição de Linhares pela Barra Seca e ao norte com a de São José de Porto Alegre de Mucury pelas Itaúnas.

Vê-se do texto que a lembrança do vocabulário indígena, tem por fim salientar a divisa natural do acidente que se encontra à margem do Mucury, isto é as *pedras pretas* ou itaúnas.

... Compreendendo-se que o Espírito Santo não entregasse ao governo Provisório da Bahia a vila de São Mateus, fundando-se no aviso de 10 de abril de 1823 que lhe dava provisoriamente a jurisdição daquela vila e no citado decreto legislativo de 11 de agosto de 1831, criando a referida paróquia, mas não sei em que possa firmar-se para estender o seu limite ao norte do rio das Itaúnas, levando-o até o rio Mucury.

1.4. JORNAL CORREIO DA VICTORIA

25 DE FEVEREIRO DE 1854 – PÁGINA 02

A comissão da obra da igreja matriz da vila da Barra de São Mateus dizendo que pela administração das rendas provinciais foram julgadas legais as contas que remeteu, tendentes ao ano próximo passado.

24 DE JUNHO DE 1854 – PÁGINA 01

Ao administrador interino das rendas provinciais enviando a conta documentada da obra da igreja matriz da vila da Barra de São Mateus, para que a examine, e a devolva com o seu parecer.

17 DE JANEIRO DE 1855 – PÁGINA 01

Ao mesmo remetendo, para que sejam verificadas as contas da receita e despesa da obra da igreja matriz da vila da Barra de São Mateus, concernentes aos meses de setembro e dezembro do ano passado

17 DE MARÇO DE 1855 – PÁGINA 01

À Comissão encarregada da obra da igreja matriz da vila da Barra de São Mateus, fazendo ver que tendo sido na administração das rendas provinciais encontrado nas contas que remeteu com ofício de 31 de dezembro do ano passado, um engano de 3\$000rs contra a caixa das contribuições, cumpre desfaça o referido engano entrando para a dita caixa com aquela quantia.

28 DE MARÇO DE 1855 – PÁGINA 01

A comissão encarregada da obra da igreja matriz da vila da Barra de São Mateus declarando que ela mesma pode firmar o contrato que perante o subdelegado pretendia fazer com o pedreiro Antonio José de Freitas, pois que aquela autoridade não é própria para tais fatos.

04 DE ABRIL DE 1855 – PÁGINA 01

Ao administrador das rendas provinciais enviando o balancete e mais documentos remetidos pela comissão da obra da igreja matriz da vila da Barra de São Mateus, afim de serem examinados.

04 DE ABRIL DE 1855 – PÁGINA 01

Ao administrador das rendas provinciais declarando, em resposta ao ofício nº 48 de 2 do mês passado, que a comissão da obra da igreja matriz da vila da Barra de São Mateus acaba de participar que já entregou para a caixa das contribuições com a quantia de 3\$000rs. em que fica alcançadas em suas contas relativas ao ano próximo findo.

03 DE MAIO DE 1855 – PÁGINA 02

Ao administrador das rendas provinciais, enviado o balancete e mais documentos remetidos pela comissão encarregada da obra da igreja matriz da vila da Barra de São Mateus, afim de serem examinadas.

06 DE OUTUBRO DE 1855 – PÁGINA 01

Ao administrador das rendas provinciais remetendo a fim de serem examinados o balancete e documentos à eles juntos da despesa feita com a obra da igreja matriz da vila da Barra de São Mateus.

26 DE DEZEMBRO DE 1855 – PÁGINA 02

A administração das rendas provinciais, para informar à respeito do ofício da comissão da obra da matriz da Barra de São Mateus, que procura saber a quem deve prestar contas naquela vila.

23 DE FEVEREIRO DE 1856 – PÁGINA 01

Ao administrador das rendas provinciais enviando os ofícios da comissão da obra da matriz da vila da Barra de São Mateus, acompanhando os balancetes da receita e despesa relativa ao ano findo e ao mez de janeiro último.

12 DE MARÇO DE 1856 – PÁGINA 01

A comissão da obra da matriz da vila da Barra de São Mateus remetendo para o devido conhecimento copia do ofício do administrador das rendas provinciais em que declara legais e tomadas suas contas relativas ao ano findo.

25 DE JUNHO DE 1856 – PÁGINA 01

Tem continuado a obra da igreja de Barra de São Mateus.

27 DE MAIO DE 1857 – PÁGINA 02

Matriz da Barra de São Mateus – As obras desta matriz não tiveram andamento durante o ano próximo passado porque, diz a comissão, nesse tempo tratou de juntar numerário para poder satisfazer às prestações conforme o contrato feito com o pedreiro Antonio José de Freitas.

As leis nº 11 de 27 de julho de 1846 e nº 03 de 03 de abril de 1848 aplicou o imposto de 1% sobre os gêneros de cultura exportados na Barra de São Mateus para os conceitos das matrizes da cidade e da vila de São Mateus.

Não posso fazer um calculo aproximado da despesa necessária para satisfazer a todas estas reclamações, não me foram remetidos orçamentos nem há na província um engenheiro a quem possa incumbir desse trabalho, o submetendo a vossa consideração providenciareis como for mais conveniente.

24 DE OUTUBRO DE 1857 – PÁGINA 02

Ilmo. E Exmo. Sr. – Tenho a levar ao conhecimento da V. Ex. que não me é possível dar andamento à obra da igreja matriz desta vila, da qual me acho encarregado por essa presidência, em razão da dificuldade que há em me arranjar-se trabalhadores para serventes do pedreiro Antonio José de Freitas com quem se acha contratada a conclusão da mesma obra. A nada mais posso atribuir esta dificuldade se não a ter essa presidência fixado o preço de 640 rs, por dia a cada um trabalhar na referida obra; o que não é possível eles trabalharem por esse preço e sustentarem-se à sua custa em uma crise em que todos os gêneros alimentícios se acham por alto preço; quando além disto obtêm nas obras dos particulares mil reis, a mil duzentos e oitenta, rivalizando o jornal de um servente com o de um oficial de pedreiro ou carpinteiro em razão da grande falta que há deles; por procurado elevar o desenvolvimento desta província que tão dignamente lhe foi confiada todas as providências que reclama uma obra de tanta necessidade – Deus guarde a V.Ex. – Vila da Barra de São Mateus 10 de outubro de 1857. – Ilmo. E Exmo. Sr. Olimpio Carneiro Viriato Catão, digníssimo presidente desta província. – Ignacio Gomes dos Santos, membro da comissão encarregada da obra da matriz desta vila.

Conforme. – Pelo secretário da província – José Marcellino Pereira de Vasconcellos.

05 DE FEVEREIRO DE 1859 – PÁGINA 01

Ao mesmo remetendo copia do ofício que a presidência dirigiu a comissão encarregada da obra da igreja matriz da vila da Barra de São Mateus e as contas e mais documentos que os acompanharão a fim de que sejam examinados devendo informar-se sobre o mesmo de que trata a mesma comissão do dito ofício.

05 DE MARÇO DE 1859 – PÁGINA 01

Ao mesmo remetendo o balancete e documentos que comprovam a despesa feita com a obra da igreja matriz da vila da Barra de São Mateus, no mês de janeiro próximo passado a fim de que sejam examinados e arquivados.

24 DE MARÇO DE 1869 – PÁGINA 01

A tesouraria provincial mandando expedir as necessárias ordens à mesa de rendas da Barra de São Mateus para entregar ao vigário da freguesia Manoel Cordeiro dos Santos, a quantia de 1:000\$ réis, para compra de paramentos e utensílios.

Comunicou-se ao vigário da vila da Barra de São Mateus.

24 DE NOVEMBRO DE 1869 – PÁGINA 01

Ao juiz municipal da vila da Barra de São Mateus para que remeta a presidência uma relação das alfaias, paramentos e mais objetos pertencentes a igreja matriz da mesma vila, visto haver o padre Manoel Cordeiro dos Santos, comunicado em data de 4 deste, que tendo renunciado a freguesia da mesma vila, afim de seguir para o Rio de Janeiro para tratar de sua saúde, tinha-lhe feito entrega dos referidos paramentos.

22 DE DEZEMBRO DE 1869 – PÁGINA 01

Ao mesmo remetendo, para os fins convenientes, cópia da relação dos paramentos, alfaias e mais objetos pertencentes a matriz da vila da Barra de São Mateus, os que foram entregues ao juiz municipal substituto daquele termo pelo ex-vigário padre Manoel Cordeiro dos Santos, que se retirou para o Rio.

1.5. JORNAL DA VICTÓRIA

26 DE NOVEMBRO DE 1864 – PÁGINA 01

[À Tesouraria de Fazenda], n. 455 – Comunico à V.S. para os fins convenientes que em data de 4 do corrente mês fora pelo vigário capitular deste bispado, provisionado o padre Manoel Cordeiro dos Santos para vigário encomendado da freguesia da vila da Barra de São Mateus.

10 DE DEZEMBRO DE 1864 – PÁGINA 01

Ao inspetor da tesouraria da fazenda, n. 473 – Tendo o Padre Manoel Cordeiro dos Santos entrado no dia 30 do mês próximo passado no exercício de vigário da freguesia da vila da Barra de São Mateus, assim o comunico à V.S. para os devidos efeitos e para que expeça as suas ordens afim de que pela mesa de Rendas da mesma vila lhe sejam pagas as suas conjuras.

1.6. JORNAL O CONSTITUCIONAL

01 DE NOVEMBRO DE 1856 – PÁGINA 02

1.7. JORNAL O ESPÍRITO-SANTENSE

29 DE NOVEMBRO DE 1871 – PÁGINA 01

Projeto

E lido, em 2ª leitura, à requerimento do Sr. Barcellos Freire, e, sendo julgado objeto de deliberação, vai imprimir para entrar na ordem dos trabalhos o seguinte projeto:

Nº 28 – A Assembleia L. Provincial – Decreta:

Art. 1º - O presidente da província fica autorizado a mandar fazer as seguintes obras:

§ 1º - Conclusão da obra da matriz da Barra de São Mateus.

§ 2º - Idem do respectivo cemitério.

... Art. 2º - As referidas obras serão logo mandadas arrematar ou administrar como se julgar mais conveniente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Paço da assembleia, em 20 de novembro de 1871. Olindo Gomes dos Santos Paiva.

FONTES SECUNDÁRIAS

1. BASE DE TESES SOBRE O ESPÍRITO SANTO

CÔGO, Anna Lúcia. História agrária do Espírito Santo no século XIX: a região de São Mateus. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – 2007. 200f.

RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira. Cultura política e relações de poder na região de São Mateus: o papel da Câmara Municipal (1850- 1889). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Sociais – 2007. 140 f.

RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira. A Escravidão em São Mateus/ES: Economia e Demografia (1848-1888). Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – 2011. 251 f.

2. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

REVISTA IHGES - Ligeiros apontamentos históricos sobre o foro da Barra de São Mateus; Oliveira, Machado D'; AV; 022; 25/27; 1964/1966

FONTES TERCIÁRIAS

3. LIVROS PUBLICADOS

CARNIELLI, Adwalter Antonio, Padre. História da Igreja Católica no Estado do Espírito Santo. 2ª edição, Vila Velha: Comunicação Impressa, 2006. Pág. 181;428.

[Pág. 181] **Igreja e Paróquia de Nossa Senhora da Conceição** (Cidade de Conceição da Barra) - Os portugueses chegaram à região de Conceição da Barra em 1554, então densamente habitada pelas tribos indígenas que, diante da invasão, se retiraram para as nascentes do Rio Cricaré (São Mateus) ou se integraram nos aldeamentos organizados pelos Jesuítas. No final do século XVI o local chamou-se Barra de São Mateus e, por esse tempo, surgiu também a devoção a Nossa Senhora da Conceição, cuja festa acontece no dia 8 de dezembro. Construiu-se de imediato uma pequena Capela que desapareceu. Mais tarde, em 1800, no seu lugar o povo edificou uma Igreja maior, que foi ampliada e melhorada em 1812.

Em 11.08.1831 (ou 1834), Barra de São Mateus foi constituída Freguesia (paróquia) com o título de Nossa Senhora da Conceição. Muitas pessoas e famílias do local sempre zelaram pela antiga Igreja. Em 1900 a cidade emancipou-se com o nome de Município de Conceição da Barra. Os barrenses são conhecidos como promotores de festas. Suas festas religiosas são preparadas com muita beleza e arte.

[Pág. 428] ... **Conceição da Barra** - A Paróquia de Nossa Senhora da Conceição existe desde 11.08.1834 (ou 1831). Em 01.01.1956 foi entregue à comunidade Comboniana residente em São Mateus. esse dia o povo cantou vitórias, porque estava praticamente abandonado pelos padres desde 1905. Os Combonianos tiveram de iniciar todo trabalho catequético e renovar a Paróquia em todos os sentidos, porque estava tudo por fazer. Passaram por uma grande provação.

COUTINHO, José Caetano da Silva. O Espírito Santo em princípios do século XIX: apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819. Vitória: Estação Capixaba e Cultural-ES, 2002. Pág. 57-58.

[Novembro de 1819]

Esta barra [Barra de São Mateus] é de areia, e mudável; agora estava no rumo de leste fazendo uma abertura quase no meio do recife ou cordão de areia que corre norte sul meia légua ao mar defronte do rio. Não há um só montinho nos pontais ou no interior que possa servir de baliza, o que se remedeia com um mastro arvorado no pontal do norte, e uma catraia, embandeirada, em que sai o patrão do porto. A costa para o sul do deserto do rio Doce pareceu-

me que se encolhia um pouco para o sudoeste. Esta povoação da Barra pareceu-me ter mais de duzentas almas de todas as castas, das quais não cura, nem pode curar, o pároco da vila; **mas não tinha nem sequer um oratório, em que se dissesse missa.** Deixei uma provisão para um em casa do vintanário, Manoel de Barros, somente por dois anos, **com condição de edificarem a capela, que tinha delineado o visitador Menezes, e que eu marquei um pouco mais para dentro do combro do mar, e mais para o norte,** e dei algumas providências; por onde espero que se acabe nos ditos dois anos, para o que deixei logo faculdade para a benzer o vigário da vara, e prometi de lhe pôr então imediatamente um capelão curado, [permanente] que não terá menos de quinhentas almas, contando a povoação de índios do rio de Santa Ana, ou São Domingos, uma légua da barra, e outros moradores das margens do rio de São Mateus até três léguas no sítio do Bulhões. Andei a ditas 13 léguas no dia 16 de novembro, em que dormi na povoação da Barra, hospedado tal e qual pelo capitão-mor, Domingos Gomes Amorim, galego esperto e velho de Vila do Conde.

DAEMON, Basílio. Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística – 2.ed. – Vitória : APEES, 2010.

[PÁG. 98] Francisco Cunha afirma que foram fincados muitos marcos, e que os ia colocando por onde passava, pois que os trazia em grande quantidade; o mesmo diz o Sr. José de Vasconcelos. O certo é que ele reconheceu esta província, e que o fazia dos dias 4 a 8 de julho de 1504, pois tendo partido a 28 de junho de Porto Seguro, necessariamente teria chegado ao rio Cricaré (São Mateus) ou ao rio Doce em sete dias, inclusive, tendo tempo de aportar à baía da Vitória a 8, dando nós a partida deste último ponto no dia 4 ou 5 do mesmo mês de julho, visto este prazo ser suficiente para percorrer a costa da província, contando sete dias até chegar à barra de São Mateus, e três a quatro dessa paragem até a barra desta capital, fazendo os devidos reconhecimentos e sondagens de que estava incumbido.

[PÁG. 332] 1832. Por decreto de 11 de agosto* deste ano obtém o título de freguesia a igreja filial de Nossa Senhora da Conceição da vila da Barra de São Mateus, tendo por limites os rios Preto e Santana, ao norte o rio Mucuri e ao sul o território da hoje vila de Linhares.

*Decreto nº 0-002, de 11 de agosto de 1831 – Erige em paróquia a capela filial da povoação da Barra da Vila de São Mateus na província do Espírito Santo.

[PAG. 340] 1833. É ainda elevada a vila, na mesma data, e pelo dito Conselho do Governo a freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Barra de São Mateus, sendo ela instalada a 5 de outubro do mesmo ano.

[PÁG. 411] 1861. Neste ano, a 04 de julho, de conformidade com a lei provincial nº 4, foi criada a freguesia de São Sebastião de Itaúnas, na vila da Barra de São Mateus; sua Matriz, de pequenas proporções, foi construída às expensas do povo*.

* “Serve-lhe de matriz uma pequena capela, com paredes de taipa. Principiou-se um templo maior e mais sólido que infelizmente ainda exige grande dispêndio para que seja acabado. A Câmara Municipal representou-me declarando que era precisa a quantia de 20 contos de réis para conclusão desta obra. Se por ventura os fiéis não concorrerem com o fervoroso donativo da sua piedade, só lentamente será a nova matriz edificada.” [Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1861 pelo presidente José Fernandes da Costa Pereira Júnior. Culto Público, cidade de São Mateus, p. 34]

[PÁG. 537-540] 1870. Pelo último recenseamento feito em 1870, ficou demonstrado existir na província 82.137 habitantes, sendo:

... paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Barra de São Mateus: 2.731 almas; paróquia de São Sebastião de Itaúnas: 782 almas; paróquia de São Mateus: 4.657 almas.

... Contém 10 vilas, as quais são: São Pedro do Cachoeiro, Itapemirim, Benevente, Guarapari, Espírito Santo, Viana, Nova Almeida, Santa Cruz, Linhares e **Barra de São Mateus**.

... É dividida a província em 7 comarcas, as quais são: Vitória, Conceição da Serra, Santa Cruz, São Mateus, Iritituba, Itapemirim e São Pedro do Cachoeiro. Tem 11 termos, os quais são: Vitória, Conceição da Serra, Santa Cruz, Nova Almeida, Linhares, **Barra de São Mateus**, Cidade de São Mateus, Guarapari, Benevente, Itapemirim e São Pedro do Cachoeiro.

... Compõe-se a província de 13 Municípios, que são: Vitória, Serra, Nova Almeida, Santa Cruz, Linhares, **Barra de São Mateus**, Viana, Espírito Santo, Guarapari, Benevente, Itapemirim e São Pedro do Cachoeiro.

... Possui a província as seguintes igrejas, capelas e conventos em número de 47, e são:

Nossa Senhora da Conceição (Matriz), na vila da Barra de São Mateus; São Mateus (Matriz), São Gonçalo e São Benedito, na cidade do mesmo nome; São Sebastião de Itaúnas, na freguesia do mesmo nome;

FURBETA, Carlos. Presença dos combonianos em Conceição da Barra.

Capítulo 1

- Pe. Vito Milesi, pároco de 1.1.1956 a 1.1.1957

Pré-história *

É de conhecimento geral que, por diversos séculos, a colonização do Brasil feita pelos portugueses se deu prevalentemente ao longo da costa atlântica.

O estado do Espírito Santo se encontra exatamente nesta faixa. Teve, portanto, contacto com a colonização portuguesa desde o princípio. Mas não foi “ocupado” todo o território: só mesmo alguns pontos na costa... Além de Vitória (Vila Velha) que foi sede do primeiro donatário, Vasco Fernandes Coutinho, foram focos de colonização Benevente, Serra, Santa Cruz e São Mateus... O resto era coberto pela floresta atlântica.

Sabe-se também que São Mateus. Foi fundada pelo próprio Pe. Anchieta a 21 de setembro e que por isso levou o nome do Apóstolo.

Sabe-se também que nas margens daquele rio, entre a cidade e a foz, deu-se a famosa batalha com os índios em que tombou o filho de Mem de Sá. Os curiosos poderão ler o fato no poema épico do Pe. Anchieta: “De rebus gestis Mendi Sá”.

Conceição da Barra está situada exatamente na foz do rio São Mateus, que os índios chamavam Cricaré, que significa “aquele que dorme”. O motivo dizem que é porque esse rio não tem a correnteza encachoeirada, mas escorre tão devagar que é difícil perceber em que sentido à primeira vista.

E o rio é fundo e navegável. Os navios de cabotagem entravam pela foz e subiam até São Mateus, e isto veio acontecendo desde o começo. Até hoje o porto de São Mateus ostenta seu cais intacto: só que depois da construção da ponte de Linhares sobre o rio Doce (1954), a estrada, São Mateus-Vitória, embora precária, começou a absorver cada vez mais o transporte de cargas que até ali era feito exclusivamente por navios.

Conceição da barra, por sua posição, na foz do rio, funcionava como porto marítimo de São

Mateus e a São Mateus devia sua vida e seu movimento.

Do ponto de vista religioso, embora ligada de certo modo a São Mateus, chegou a ter pároco próprio pelo menos a partir do ano de 1834. Dali até a posse do primeiro comboniano em São Mateus contamos 20 párocos de Conceição da Barra: só dois ou três eram contemporaneamente párocos de São Mateus; os outros foram pároco próprio de Conceição da Barra .

A distância entre as duas cidades é de 54 km. por via fluvial; 18-20 km pela atual estrada de rodagem. 36 km. pelo asfalto...

O GRANDE SONHO SE REALIZA

Quando a 12 de janeiro de 1956 o Pe. Vito Milesi tomou posse como pároco próprio da paróquia, a exclamação que mais se ouvia na boca do povo era: ganhamos a nossa melhor vitória!

É porque, praticamente, Barra não tivera mais pároco residindo desde 1905!

E para tê-lo de novo, a Fábrica da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição enfrentou despesas consideráveis:

- 1) cooperou para pagar a viagem Itália-Brasil com Cr\$ 25.000,00;
- 2) reformou a casa canônica com um gasto total de Cr\$ 30.000,00;
- 3) reservou certa quantia para ulteriores gastos na igreja,
- 4) pagou por completo a manutenção do padre durante todo o ano de 1956;
- 5) enfrentou, junto com o povo, os relevantes gastos para a grande reforma da velha igreja, como se dirá adiante.

Tudo isso em clima de grande entusiasmo e, digamos, de “lua de mel”.

A SITUAÇÃO RELIGIOSA

Transcrevemos do Tombo quase ao pé da letra.

A juízo dos padres que passaram pela cidade, a vida religiosa está muito decaída. Os próprios fiéis sabem disto e falam com muito sentimento.

A freqüência à igreja limita-se às poucas famílias que levaram à frente a idéia de exigirem pároco próprio residindo na cidade.

A freqüência aos SS. Sacramentos, em proporção do número dos fiéis, ao início é quase nula. A instrução religiosa das crianças reduz-se às dez-vinte meninas que anualmente recebem a Primeira Comunhão. Completamente ausentes os meninos e rapazes como também os fiéis de cor, que comparecem na igreja duas - três vezes por ano.

Existe uma irmandade de N.Sra. Auxiliadora com 140 irmãs, cuja vida limita-se à cobrança mensal, limpeza da igreja e festa de N. Sra. Auxiliadora no fim do ano. Existe também um grupo de cantoras.

Há, porém, um elemento novo prometedor, uma espécie de semente que deverá, brotar a consciência, nas pessoas de maior destaque, de sua indigência espiritual... Espera-se que esta consciência seja o ponto de partida para a nova ascensão.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Conceição da Barra viveu por quatro séculos em clima colonial ou semi-colonial... Um vilarejo de pescadores alegrado de vez em quando por alguma família de fora que lá tinha sua casa de veraneio.

A construção de sua igreja recua nos tempos e se perde na memória dos mais velhos...

Como acontece freqüentemente com essas igrejas “antigas”, ela possuía “bens” mortos: imóveis sem escritura e “ouros” e “pratas”, propriedade da Santa.

O Livro de Tombo fala num terreno de cinco hectares nas proximidades, denominado Favica, plantado a coqueiros, moradia de pobres e prostitutas, que, por isso mesmo, era mais problema do que vantagem.

À pg. 3-4 o pároco Milesi faz o inventário de 42 pecinhas de ouro e prata (cordões, anéis, brincos, cruzinhas etc.) discriminadas uma por uma com relativo peso em gramas, pertencentes, umas a N. Sra da Conceição, outras a Nossa Sra. das Dores, outras a São Benedito.

Nem a casa canônica, nem a própria igreja tinham escritura.

A REFORMA DA IGREJA

Já dissemos que sua construção e perdia na memória dos mais antigos moradores... Ninguém sabia dizer ao certo quando fora construída, nem existiam documentos a respeito. Só havia sinais e lembranças de que passara por várias etapas.

A julgar da diversa espessura das paredes parece que a parte mais antiga devia ser aquela que compreendia o altar até o arco mor, que nas antigas igrejas coloniais costumava dividir o espaço todo em dois. A parede leste era uma verdadeira muralha de cm 80 de espessura...

A necessidade da reforma se evidenciou por dois motivos fundamentais:

1. para consertar os estragos devidos à usura do tempo e ao longo abandono;
2. para ganhar a maior disponibilidade de espaço possível.

O Pe. Milesi convocou diversas reuniões com os membros da diretoria; estudou com eles a planta velha e a planta da nova sistemação; examinaram juntos o estado da velha construção;

fizeram o orçamento e... começaram a obra.

As surpresas maiores ocorreram na hora de mexer no telhado e nas paredes... Casa velha parece que ainda agüenta em pé, mas na hora de retocar alguma coisa parece que tudo vem abaixo.

Assim foi com a igreja da Barra.

Na hora da reconstrução apareceu que as paredes oeste e norte estavam perigosamente fora de prumo. Precisou refazê-las em parte e amarrar tudo com bem 75 metros corridos de vigas. O telhado foi preciso substituí-lo por completo, reformando-lhe também todo a engradamento.

Quanto à nova disposição para ganhar espaço desimpediram a nave retirando o enorme altar de N. Sra Auxiliadora, que estava rente à parede de esquerda, e sistemando-o à direita, dentro de uma capela lateral anteriormente só ocupada por uma enorme escada de madeira que subia à cantoria. Retiraram essa escada e derrubaram a velha cantoria também de madeira e substituíram-na por outra de cimento armado.

Nas paredes laterais e da fachada abriram oito janelas para aumentar ar e luz.

Por fim recuaram o altar mor até a ábside para aumentar mais ainda o espaço disponível.

Capítulo II – Pe. José Simionato, pároco de janeiro 1957 a julho 1958.

O Pe. Francisco Marchi Aletti, sucessor dele, escreve: “O crescendo maravilhoso que o Pe. Vito Milesi descreveu nas pgs. 1-7 do Tombo, o fervor entusiasmante de obras, de fundações, de organizações quebrou-se assustadoramente com a saída dele e a vinda do Pe. José Simionato...

Por quê?

O povo achou que só o Pe. Vito podia ser Vigário da Barra e que outro não merecia apoio e consideração.

Conclusão: as obras pararam, as irmandades se dividiram em partidos, alguns saíram, outros entregaram as fitas...

Capítulo III

Pe. Francisco Marchi Aletti pároco de 27.7.1958 a 8.12.1963.

Pe. Franco Rinaldi Ceroni de 2.3.1960 a 22.9.1960 - coadjutor.

Pe. João Tonineili de 22.9.1960 a junho 1961. coadjutor.

Pe. Polmino Taddei de junho 1961 a 27 de dezembro 1961 - coadjutor.

Pe. Paulo Bandera. de 1.4.1962 a 5.3.1963 - coadjutor.

Pe.Mário Stella de 15.3.1963 ao fim - coadjutor.

PRIMEIRO TROPEÇO

No segundo domingo depois da posse achou seu dever falar aos paroquianos acerca do dever de Leitor Cristão...

É que faltavam dois meses para as eleições e um dos candidatos a governador do Estado era o Floriano Rubim, protestante etc. etc.

O Pe. Francisco garante no Tombo que a pratica nas três missas foi propositalmente calma prudente: evitou dizer que quem vota em candidato de outra religião faz pecado mortal (sic!)... Disse só que não se deve colaborar com expoentes de outra religião...

Mas o diabo talvez não fosse tão feio como se pintava... O fato é que a Prefeitura Municipal doou à paróquia Cr\$ 10.000,00 e Exmo.Sr. Dr.Mário Vello Silvares doou bocas e microfone para instalação do aparelho de altofalantes na Matriz:

O Pe. Francisco ficou feliz. O Tombo não diz se mandou desinfetar aquelas peças já usadas na campanha eleitoral traidora da fé.

ANTIQUÁRIO CONTESTADO

Existiam numa casa velha, debaixo da poeira, teias de aranhas e goteiras, os restos de um altar velho de São Benedito. Aliás, o cupim já tinha roído muitas peças e outras tinham sumido nas casas de fulano ou de sicrano; e, além disso, precisava pagar o aluguel da velha casa.

Apareceu um comprador do Rio e o vigário, cientes os fabriqueiros, fechou negócio por 10 contos. Na hora, porém de carregar o traste no caminhão que devia levá-lo para o Rio, alguns acharam que aquilo era abuso do vigário e o denunciaram ao juiz.

O meritíssimo chamou o padre para esclarecer e buscar uma solução pacífica do caso. Então o vigário explicou:

- 1) Estava de posse de uma carta da cúria Diocesana proibindo restaurar tais altares dentro da igreja.
- 2) Dito altar estava-se esfarelado na velha casa.
- 3) Fazendo uso de sua autoridade normal fechou negócio com o homem do Rio.
- 4) Se alguém tinha algo a reclamar, era com os Superiores Eclesiásticos e não com o meritíssimo

O juiz partiu para solução salomônica: mandou o comprador assinar documento com que se

comprometia a enviar orçamento da reforma do altar, e o povo da Barra enviaria o dinheiro caso concordasse com a reforma.

O que agastava o padre era que tudo isso acontecia por causa de dois ou três elementos que se metem nos casos da igreja só para poder dizer: vamos ver quem é mais forte.

A MORTE DO SR. PREFEITO

Depois de longa doença morria num hospital do Rio de Janeiro e Exmo. Sr. Dr. Mário Vello Silves, prefeito eleito do Município, diretor da Serraria Cimbarra, médico do posto por longos anos, membro da Diretoria da Congregação Mariana, um dos que mais se empenhara para a vinda do Pe. Vito Milesi a Conceição da Barra, e dos que mais aboreceram com a substituição dele pelo Pe. José Simionato, aquele da audiência tempestosa com o novo pároco Marchi Aletti a quem depois fez presentes das bocas e microfones para o alto-falante e, depois ainda, de todos os bancos novos para a Matriz

Capítulo IV – Pe. Mário Stella,, pároco de 25.12.1963 a 31.12.1964 - Pe, Luís Toni coadjutor de 17.1.1964.

As atividades pastorais prosseguem normais:

- A 8.9.'64 reunião dos sócios da sociedade pró-jardim de infância. Chamar-se-á com o nome augural de Estrela do Mar.

Capítulo V - Pe. Francisco Marchi Aletti de janeiro 1965 a 25.7.'65

Notável neste prazo só se encontra a doação de terreno medindo m. 34 de frente por 85 de fundo à Sociedade Estrela do Mar para o futuro jardim de infância.

Estava tudo azul, quando o Vigário percebeu por acaso que por baixo da cinza havia fogo: naquele lote estivera antigamente localizado o cemitério!

Um as pessoas passaram a cismar que o bafo dos defuntos viesse a prejudicar a saúde e boa sorte das crianças... Dúvidas, discussões, consulta ao Executivo Municipal e a saúde Pública... Enquanto isso o projeto ficou suspenso...

Capítulo VI - Pe. Franco .Gesparini, pároco de. 25.7.65 a 14.2.68.

No dia 4 de novembro do mesmo ano iniciou a construção do jardim de infância.

No ano de 1966 foi pintada a igreja e foram inaugurados os arcos para facilitar a participação do povo nas funções religiosas,

... Conclusão: deixo a paróquia antes do tempo marcado, a fim de possibilitar os consertos e a limpeza da casa canônica... De fato a casa não estaria em mau estado de conservação, pelo menos se comparado com o desleixo que a encontrei mas paciência! Espero que Deus seja mais bondoso que os homens. Assinado: Pe. Franco Gasparini Conceição da Barra, 14.2.1968

O sucessor do Pe. Franco Gasparini e o Pe. Tiago Gheza, pavoniano, que a título pessoal serviu o povo de Deus na Diocese de São Mateus por dois anos e meio

AUTONOMIA E LIBERDADE

Em novembro [1979] a comunidade da Matriz de Conceição da Barra se encontra em campanha para conseguir pintar a igreja sem auxílio externo.

A Diretoria, convocada várias vezes, de maneira nenhuma se queria conformar com a idéia de recusar a ajuda que a Prefeitura Municipal oferecia...

Ninguém acreditava que os barrensenses se dispusessem a arrecadar dinheiro. “popular” para a façanha.

Depois de muitas discussões e insistências a Diretoria aceitou fazer a tentativa: deu certo: NCZ 50.000,00!

A 8 de dezembro, festa patronal. O Bispo lá estava e elogiou a comunidade por ter conseguido fazer a reforma da igreja sem ajuda externa.

Post Scriptum:

Depois disto Conceição da Barra conheceu outras mudanças e sucessivas substituições.

Capítulo XII

Mais um capítulo depois do último

O trabalho pastoral dos Padres MÁRIO STELLA e SANTE CORDIOLI.

A posse do Pe. Mário se deu a 2 de setembro de 1990 pelas mãos do Pe. Guido Grilli, vigário geral,

Depois disso o Pároco trata de tomar contato com as demais comunidades; a capela do Linharinho, pobre e pequena mas cheia de povo; aquela da Cohab, ainda sem piso; N. Sra. da Penha que gosta de cantar; Roda D'água, cercada de eucaliptos; a de São Pedro que está do outro lado do rio e aonde o padre vai de barco; e, finalmente aquela de São Francisco, no trevo BR 101-Conceição da Barra, que acaba de ser reformada pela Aracruz Florestal.

No dia 16 (de outubro) D^a Madel conversa longamente com o pároco sobre a Sociedade Estrela do Mar (SEM). Juntos visitam o prédio: está chorando por grandes consertos.

A 27 de janeiro de '92, no salão paroquial da SEM, realizou-se a assembléia Extraordinária do Sócios, onde foi tomada "por unanimidade" a decisão de reconhecer que a sede da SEM pertence à Paróquia de N. Sra. da Conceição da Barra, juridicamente Mitra Diocesana de São Mateus.

LOPES, Almerinda da Silva. Arte no Espírito Santo do Século XIX à Primeira República. Vitória: Ed. Do Autor, 1997. Pág. 30.

MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, DA BARRA DE SÃO MATEUS

A construção foi iniciada em 1812. Em 11 de agosto de 1831, foi elevada à paróquia, por possuir pia batismal e cemitério.

A Lei nº 3. de abril de 1848. no seu art. 2º. garante a cobrança do imposto de que trata a Lei nº 11 de 27 de julho de 1846, isto é, um por cento sobre os gêneros de cultura exportados do local para os consertos da Matriz.

No Relatório que o dr. Antonio Pereira Pinto entregou ao Comendador José Francisco Monjardim, passando-lhe a Presidência da Província, em 1849, consta à página 17: "Mandei entregar ao pároco da Vila da Barra de São Mateus, a quantia de 76\$000 (setenta e seis mil réis), para compra de alfaias, de que [...] muito precisava a Matriz". Entretanto, em 1856, as reformas foram logo interrompida, conforme se constata no Relatório do Presidente: "[...] as obras tiveram de ser paralisadas por falta de dinheiro para pagar o pedreiro Antonio José de Freitas [...]. não há na Província um engenheiro a quem possam ser entregues os trabalhos".

o Relatório que o Presidente do Espírito Santo enviou à Assembléia Provincial, em 1866, lê-se: "Ainda não se concluíram as obras da Igreja Matriz desta Freguesia. sendo necessários altares laterais e o forro para a Sacristia".

Amparado pela Lei nº 610, de 19.12.1868, o Presidente do Estado manda entregar "ao vigário da Vila da Barra de São Mateus, a quantia de 1:000\$000 (um conto de réis), que será aplicada na compra de paramentos e mais reparos de que carece a Matriz".

No Relatório do dr. Francisco Ferreira Correia, apresentado à Assembléia Legislativa, em 09.10.1871, ratificam-se as mesmas necessidades, o que confirma que nem as obras nem a compra de paramentos haviam sido feitas.

Em 1882, passa por ampla reforma, quando são introduzidas as modificações que a deixam com a forma atual: "Acha-se completamente reparada e pintada, tendo-se concluído todo o reboco que faltava desde a sua edificação, tudo devido aos esforços do Dr. Juiz Municipal, Manoel Tobias do Rego Albuquerque".

A Matriz passou por outras reformas neste século, como a troca do telhado, e que lhe garantiram boa conservação até hoje. Possui torre sineira única, com cobertura em bulbo, conservando ainda o sino original, frontão recortado à maneira barroco-rococó, duas janelas do coro entre as quais há um nicho com a imagem de Nossa Senhora da Conceição, orago da Igreja. do século XIX, em madeira, de bom tamanho e fatura. O retábulo do altar-mor e dois nichos laterais, apesar de possuírem talha e douramento bastante simples, situam-se entre os exemplares mais originais do Estado que chegaram aos nossos dias. O teto, em madeira, parece ter sido pintado no passado.

LIMA, Rita de Cássia Bobbio. **Relatos e retratos de Conceição da Barra**. Vitória: UFES-SPDC, 1995. Pág. 29-38

[Pág, 29-30] Eles lembram sempre que foi com a ajuda dos escravos ali instalados que se construiu a igreja de Nossa Senhora da Conceição, tornando-se logo a padroeira da vila, mesmo antes dela receber foros de cidade. Hoje, mesmo com reformas, ela ainda é um marco na história local.

Sua construção foi feita com pedras de piçarra. Essas pedras vinham, em sua maioria, nos barcos que saíam vazios da Bahia para carregar farinha de mandioca e outros cereais, no porto da vila da Barra de São Mateus. Para facilitar a vinda desses barcos e suas manobras, frente aos ventos em alto mar, enchiam-nos de pedras, descarregando-as depois no porto para recarregar com outras mercadorias. Outras pedras, no entanto, vieram das Campinas (região de Conceição da Barra).

Alguns moradores lembram que Viturino, um velho escravo, ajudou a carregar muita pedra para a construção da igreja. Outros, no entanto, negam esse fato. Segundo Paulo Benevides:

... quando Mané Padeiro, que era fabricante da Igreja (tomava conta) mudou o sino porque estava trincado, no corrimão de madeira que segurava o sino tinha entalhado o ano de 1712, em algarismos romanos.

Mesmo assim o velho Viturino não é esquecido pelos mais antigos. Ele é lembrado pelo medo que despertava nas crianças quando já beirava seus noventa anos de idade. Esse medo se justificava pelo seu porte desajeitado e grotesco.

O coreto, as casas, as ruas, a igreja, eram suportes especiais bem delimitados que fortaleciam a existência e integração dos moradores naquele local. Através dele também as pessoas se resguardavam dos perigos do homem e da natureza.

... Os pássaros, a mata e as árvores renascem junto com o espaço físico na fala de Seu Zé Cobra:

Eu conheci Conceição da Barra assim: Tinha a igreja com um pé de espiroleira na frente. Não tinha aquele pé de figo ainda não. Do lado da igreja já tinha o coreto, baixinho, encostado no chão, onde a banda tocava na época. Isso lá pelos anos de 26. Um dos homens que ajudou a carregar pedra para a igreja chamava-se Viturino. Foi escravo. Eu era criança e brincava muito com os filhos dele, que me conferenciava muita coisa. Mas nós tinha medo do Viturino. Ele já beirava seus noventa anos nessa época. Em frente à igreja tinha um terreno baldio, onde o velho Pereira estendia sua rede de arrasto. Nessa mesma rua tinha três pés de árvore: um “flamboá” uma castanheira e um pé de “eucalips”, desse liso. Atrás da igreja tinha o cemitério e o resto era tudo mata. Ali a gente pegava muita maitaca, periquito, sabiá, tucano ... tudo quanto é tipo de passarinho. E só existia quatro

ruas: rua Grande, que é essa que pega da igreja até o casarão do Castro; rua da Praia, que só tinha casa de palha; rua do Canto ou Mundo Novo, que Seu Cunha chamava de Flor do Mundo Novo e a rua do Comércio.

[Pág. 35-37] Com a construção da praça, por volta de 1935, percebe-se a dimensão da necessidade do homem de conquistar novos espaços. O coreto já não é mais o mesmo. Ele passa agora a ocupar o centro da praça. É ali que as crianças vão continuar a brincar, que os adultos vão se encontrar para conversar, que os políticos vão fazer seus comícios e reforçar junto à população o seu empreendimento (a praça) e onde a banda vai fazer suas retretas para alegrar o povo.

Ali também foram plantados muitos pés de castanha-do-pará que acabou sendo a diversão da garotada. Como observa Gualter:

Quando começou a construção da praça, plantaram muitos pés de castanha-do-pará. E a gente tirava muita castanha quando dava. Aqueles cocos arrebetavam, caíam no chão e a gente corria pra apanhar. As vezes eu, Carlos, Olinho e Joaquim, subíamos nas castanheiras e ficávamos lá em cima, escondidos, para jogar nas meninas que passavam embaixo.

... As festas religiosas assumiam um caráter especial para a população, que se envolvia com total interesse e fé participando ativamente. A festa da padroeira, Nossa Senhora da Conceição, realizada no dia 8 de dezembro, destacava-se pelo requinte com que era organizada, desde as novenas que antecediam a festa até o dia propriamente dito. Outras festas também marcavam o calendário religioso da cidade. Eram as festas de Nossa Senhora da Boa Morte, de Nossa Senhora das Graças, de Nossa Senhora Auxiliadora, de São Benedito, de São Sebastião, as festas juninas de Santo Antônio, São João e São Pedro, além da festa do Sagrado Coração de Jesus e de São Judas Tadeu, comemorações da Sagrada Família e Natal.

A igreja era o centro de referência tanto físico quanto espiritual. Era ao seu redor que a cidade ia sendo planejada, ia se situando, ia tomando existência. E era dentro dela que as pessoas davam significações às suas crenças, buscando valores morais e ideais. Dentro dela também eles se reuniam na tentativa de fixar e propagar suas crenças.

A igreja era então um meio que possibilitava a conexão entre o material e o espiritual. Ela não era apenas um instrumento de comunicação, mas sim um instrumento determinante na maneira de agir e de viver dos moradores. E era com a festa mais esperada do ano, a da padroeira, dia 8 de dezembro, que se percebia a interação do homem com o sobrenatural. Pois todos queriam participar da organização e decoração da festa. Cada grupo tinha a sua tarefa: ornamentação da igreja e do altar de Nossa Senhora. Outros ficavam incumbidos da ornamentação da rua Direita com palmeiras e bandeirinhas.

Assim nos informou Aldina Serra Daher, sobre a festa da Padroeira:

Naquele tempo tinha uma zeladora que cuidava da organização da festa. A zeladora arranjava alguns homens para lavar e limpar a igreja. Como não tinha água encanada, a gente pegava água na bomba da casa de Dona Amélia, com uma panela. Mas o que eu achava interessante era o seguinte: depois da igreja lavada, deixava enxugar. Aí a gente pegava a areia que estava do lado de fora da igreja e espalhava uma camada bem fina por toda a igreja. Essa areia era branquinha e vinha das Campinas, de canoa. Quando acabava de colocar a areia a gente pegava galhos de pitangueira e ia puxando as folhas e espalhando por toda a igreja, para que ficasse bem cheirosinha.

No dia da festa, bem cedo, soltavam-se foguetes e a Banda Musical Oliveira Filho fazia alvorada pelas ruas da cidade. E todo mundo acordava pra ver a banda passar.

O padre vinha de lancha de São Mateus para celebrar as missas, e que eram duas: uma às 7 horas e outra às 10 horas, sendo que a missa das 10 horas era a mais freqüentada e a mais chique.

A tarde tinha a quermesse no coreto. Era tipo um leilão, onde se encontrava de tudo: farinha de coco, melado, cacho de coco verde, prêmios que o comércio dava como sabonetes e perfumes, além de animais como cabritos e vacas, dados pelos fazendeiros. Os bichos eram enfeitados e colocados embaixo do coreto. Durante a quermesse, a banda fazia retreta para alegrar mais a festa.

Depois da quermesse, tinha a procissão que rodava todas as ruas da cidade. Quando chegava na igreja, as pessoas se enfileiravam na porta para aplaudir a passagem do andor e para que a imagem da Santa entrasse primeiro.

Essa festa era a mais bonita e a mais esperada do ano, relembram os moradores. E quem não chegasse cedo, não podia mais entrar na igreja, de tanta gente que havia. Assistiam então à missa do lado de fora. É que nesse dia vinham lanchas cheias de São Mateus, com seus moradores, para participar da festa.

E comenta Altair Profeta:

Aquele que fosse filho de Deus fazia roupa nova para esse evento. As pessoas queriam se apresentar da melhor maneira possível. Encomendavam tecidos caros, como sedas e rendas, porque as rendas feitas aqui eram de linha mais grossa. Encomendavam também sapatos e meias. Até os homens tinham que fazer terno novo. Quem não fizesse roupa nova se sentia envergonhado e não ia à festa.

À noite, a festa terminava com o baile na prefeitura, que depois passou a ser no Clube Recreativo Carlos Gomes. Como as festas eram baseadas em datas do calendário católico, aproveitavam esses dias para fazerem as festas recreativas. Os moradores viviam contando os dias para ver qual o próximo santo que iriam festejar.

... Com a modificação das formas dos canteiros da praça, o novo vai surgindo. A praça continuava a fazer parte da evolução e da história da cidade. Ela era motivo das pessoas se integrarem. Os passeios dominicais, dos fins de semana, que antes se limitavam à rua Direita, da casa de Joaquim Duarte até as proximidades da igreja, passaram a ser em volta da praça.

MORAES, Cícero. In: SANTOS NEVES, Reinaldo. Estudos em homenagem a Ceciliano Abel de Almeida. Vitória, Editora Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1978. Pág. 57-60.

Notas sobre a; limites do Espírito Santo com a Bahia

Cícero Mones Engenheiro e geógrafo

A questão de limites do Espírito Santo com a Bahia tem as suas raízes no direito colonial. O Espírito Santo pleiteava a linha divisória pelo rio Mucuri, enquanto a Bahia pretendia atingir o rio Doce.

Os argumentos do Espírito Santo insistiam em que, pelo Mucuri, haviam começado as linhas do povoamento espírito-santense, e que todos os cartógrafos, geógrafos e historiadores consagravam tal limite, notadamente Moreira Pinto, Homem de Melo, Tito Augusto Matoso Maia, Varnhagen, Galante, e outros.

Examinemos os principais aspectos da questão.

Através da Carta Régia de 10 de junho de 1534, D. João III de Portugal doou a Vasco Fernandes Coutinho cinquenta léguas de terra na costa do Brasil, "as quais se começarão na parte onde acabarem as cinquenta léguas de que tenho feito mercê a Pero de Campos Tourinho".

...

Partindo desse valor, Vasco Fernandes Coutinho tinha 296 km de costa. Começando na foz do rio Mucuri, como pretendia o Espírito Santo, firmado na opinião dos historiadores citados, a capitania iria terminar nas imediações de Guarapari. Começando na embocadura do rio São Mateus, como queria a Bahia, iria até a foz do rio Itapernirim.

No tempo da visita do Padre José de Anchieta a São Mateus e da morte de Femão de Sá, em combate com os índios no rio Cricaré, no século XVI, não havia dúvida de que São Mateus era Espírito Santo.

Segue-se um longo intervalo.

Em 1718 a Capitania do Espírito Santo reverteu à Coroa, por compra. Daí por diante, não teve mais donatários: sua direção passou a ser exercida por "capitães-mores-governadores", dependentes da Capitania Geral da Bahia, na parte administrativa. Na parte judiciária, passaria a depender da Comarca do Rio de Janeiro, enquanto não fosse criada a Comarca do Espírito Santo, o que veio a suceder em 1732.

A dependência administrativa durou todo o século XVIII. Com a mudança da capital para o Rio de Janeiro, em 1763, deveria ter passado a subordinação para a nova sede do governo colonial, mas tal não sucedeu. Só com a transmigração da família real portuguesa, isso mesmo em data mal determinada, o Espírito Santo viu romperem os laços que o prendiam à Bahia.

Essa subordinação à Bahia, somada à inevitável imprecisão das divisas, deu motivo a vários atos que aumentaram a confusão nesse particular.

Em 1764, o Ouvidor da Comarca de Porto Seguro, Tomé Couceiro de Abreu, veio a São Mateus, povoado já existente havia mais de duzentos anos, para fundar uma vila, o que efetivamente fez, lavrando uma ata circunstanciada a respeito. São Mateus esteve sob jurisdição de Porto Seguro até 1823, como veremos.

Antes, porém, dessa data, é interessante registrar a Provisão de 18 de novembro de 1816:

"D.' João, pela graça de Deus Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, etc.

Faço saber a vós, Governador e Capitão Geral da Capitania da Bahia, que, tomando em consideração a necessidade que há, para a educação da mocidade, de aulas de primeiras letras, na Vila de São Mateus e Povoação de Santa Cruz, da Comarca de Porto Seguro ... "

Esta Provisão não deixa dúvida sobre a situação coetânea de São Mateus.

Mas, para os homens da época, a evidência não era tão segura, ou melhor, não existia. Menos de um ano depois, o capitã-mor-governador da capitania do Espírito Santo, Francisco Alberto Rubim, escrevia na sua Estatística Oficial:

"Beiramar, com a Província da Bahia, não tem ponto determinado porque segundo a primeira divisão das capitanias neste Continente, principiava esta no pontal sul do rio Mucuri, onde finalizava a Capitania de Porto Seguro, doada a Pero de Campos Tourinho. Ao sul fica a vila de São Mateus, ao sul desta o distrito do rio Doce".

Dizia o Espírito Santo que São Mateus lhe pertencia, apesar de estar sob a jurisdição plena de Porto Seguro, pelo menos a partir de 1764. A Bahia não admitia dúvidas quanto ao seu direito que, a seu ver, estava evidenciado pela posse.

Logo após a independência, o Espírito Santo, já agora província, se dirigiu ao poder central, indagando sobre a questão da posse de São Mateus. O Governo Imperial estava às voltas com a tempestuosa discussão da Carta Magna. A Assembléia Geral Brasileira Constituinte e Legislativa era como um redemoinho de idéias e tendências, As divisas entre duas províncias eram um assunto que podia esperar, de modo que a consulta recebeu a seguinte resposta:

"Aviso de 11 de agosto de 1823.

Sendo presente a S. M. o Imperador o ofício do Governo Provisório da Província do Espírito Santo, de 20 de março próximo passado, em que representa que, tendo-se a Vila de São Mateus unido à referida Província, para a aclamação do mesmo Augusto Senhor, e pretendendo agora o Conselho interino do Governo da Bahia que a dita Vila se lhe reconheça sujeita, entra em dúvida a qual das duas Províncias deve ficar pertencendo aquela Vila: Manda, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império, participar ao referido Governo que deve reconhecer-se sujeita àquela que lhe ficar mais próxima até que a Assembléia Geral do Brasil determine os limites das Províncias".

Um pronunciamento que evidentemente não trouxe nenhuma solução definida ao problema.

A seguir, em 11 de agosto de 1831 baixou-se um decreto com o seguinte teor:

"Art. único - Que a atual Capela Filial da Povoação da Barra de Vila de São Mateus, que já tem Pia Batismal e Cemitério, seja ereta em Paróquia abrangendo a mesma Povoação e todos os Povos estabelecidos nas margens de Leste, dos rios Preto e Sant' Ana, dividindo-se com a Freguesia da dita Vila ao Oeste pelos referidos rios, ao Sul com a de Nossa Senhora da Conceição de Linhares pela Barra Seca, e ao Norte com a de São José de Porto Alegre de Mucuri pelas Itaúnas".

Que **Itaunas** seriam essas? Ao ver dos baianos, seriam as pedras que aparecem no mar em frente à atual vila de Itaúnas. Os capixabas não acharam "pedras pretas" para identificar o acidente descrito.

Jerônimo Monteiro, preocupado com todos os assuntos relativos ao Espírito Santo, enviou à Bahia dois ilustres juristas para entrar em entendimento sobre a questão de limites. Eram eles Manoel dos Santos Neves e Carlos Francisco Gonçalves. A tarefa era fixar, de uma vez por todas, a divisa pelo rio Mucuri, como consta no mapa de Cândido Mendes. É importante esta afirmativa. A divisa pelo Mucuri consta realmente dos mapas provinciais, ainda que não dos documentos transcritos no Atlas do Império do Brasil, o mais completo e o mais bem documentado até então publicado. Os Atlas do Barão Homem de Melo, contemporâneos dessa providência, ainda não eram do conhecimento geral.

As negociações se arrastaram pelos anos seguintes. Bernardes Sobrinho e Carlos Xavier Paes Barreto escreveram trabalhos de grande erudição histórica para demonstrar a justeza das pretensões do Espírito Santo à divisa pelo rio Mucuri. Braz do Amaral escreveu uma obra de igual erudição para fazer valer as pretensões da Bahia à jurisdição sobre o vale do rio São Mateus.

Durante esses anos, não se registraram incidentes de maior gravidade, na região litigiosa, a não ser o incêndio ateado pela polícia baiana a um pequeno alojamento construído à margem esquerda do riacho Doce para um destacamento policial capixaba.

Esse incidente, sem consequências imediatas, revelou entretanto a possibilidade de desavenças ou mesmo conflitos numa região pacífica e despovoada. O melhor era resolver a questão antes que surgissem problemas mais graves.

Coube ao presidente Florentino Avidos entrar em negociações com a Bahia para a solução final.

Desta vez os delegados do Espírito Santo foram o jurista Carlos Xavier Paes Barreto, já referido atrás, e o engenheiro Ceciliano Abel de Almeida, que seguiram para Salvador em 1925. Depois de minuciosos estudos, resolveu-se elaborar preliminarmente uma planta da região compreendida entre o Mucuri e o Itaúnas, dentro da qual estaria, provavelmente, a divisória.

Na época da conclusão dos serviços de campo, era eu diretor da antiga estrada de ferro de São Mateus. Cedi a sala técnica para o desenho das plantas e para as discussões do projeto da linha divisória. Concluídos esses trabalhos, por sugestão do vice-presidente da Câmara Municipal de São Mateus, Hermes dos Santos Neves, a planta, com a proposta da linha a ser conveniada pelas altas partes contratantes, seria assinada em sessão solene daquele órgão legislativo, com a presença de representantes de Conceição da Barra, como uma homenagem das populações diretamente interessadas aos homens ilustres que apresentavam aos respectivos governos a fórmula conciliatória que viria prevenir desentendimentos futuros entre duas coletividades do mesmo povo.

Fui o orador que falou em nome da parte espírito-santense. Exaltei, de coração aberto, a elevação e o acerto dos propósitos de Ceciliano Abel de Almeida, pelo Espírito Santo, e de Alexandre Lopes da Costa e Pedro Fontes, pela Bahia, signatários do documento.

A 22 de abril de 1926, firmou-se o convênio de fixação de divisas, cujo texto está incluído entre os documentos sobre a questão de limites, incorporados neste volume (pp. 53-55).

A Comissão Mista de Demarcação, prevista na cláusula segunda do convênio, foi constituída em outubro de 1927, sendo composta pelo engenheiro Elísio Carvalho Lisboa e por mim, representando respectivamente a Bahia e o Espírito Santo. Os trabalhos foram concluídos em 18 de agosto de 1928, sendo lavrada uma ata dos serviços técnicos com todos os característicos da linha divisória.

O que se vê no mapa é uma extensa linha reta, tão fácil de riscar no papel como difícil de traçar no terreno de floresta fechada, sob chuvas constantes, numa região infestada pelo impaludismo, uma reta de 69.957 metros cujo traçado exigiu mais de seis meses de trabalho de campo.

A questão parecia terminada. A divisa não era qualquer dos rios grandes, mas o pequenino riacho Doce, a 8 quilômetros ao norte de Itaúnas, das "Itaúnas" do decreto de 1831, e a 30 quilômetros ao sul do ponto indicado na Estatística Oficial do governador Rubim e do mapa de Cândido Mendes.

A cláusula número 5, entretanto, dá ao convênio um caráter condicional.

A sua inclusão no convênio foi iniciativa de Florentino Avidos, a quem o abandono da tradição capixaba do limite pelo Mucuri, apesar do aval de Carlos Xavier Paes Barreto e Ceciliano Abel de Almeida, parecia um pouco arriscado. Por isso achou conveniente dividir, ou melhor, diluir a responsabilidade da decisão, comprometendo nela os governos seguintes por um período que ele julgou suficientemente largo.

Com isso, Florentino Avidos amarrou à decisão todos os chefes do governo do Estado até 1951. Nesse ano, o Espírito Santo obteve da Bahia uma prorrogação de cinco anos sobre o prazo de recurso contra a decisão do convênio. Nova prorrogação foi obtida em 1956 e nos quinquênios subseqüentes, de modo que a linha descrita no convênio de 1926 ainda pode ser submetida a apreciação judicial.

MORAES, Cícero. Geografia do Espírito Santo. Vitória: IHGES, 2004. Pág. 200-201.

Conceição da Barra - Situada na foz do rio São Mateus, na margem esquerda deste. O porto teve grande movimento, no século passado, começando a decair com o crescimento das embarcações. A barra dá calado, em marés vivas, para navios de dez pé, mas as embarcações que freqüentavam o porto não passavam, quase nunca, do calado de seis pés, mesmo assim devendo entrar na preamar. Apesar de ter sido tão movimentado o ancoradouro, a cidade não cresceu, porque, a 32 km a montante, na primeira terra alta à margem do rio, surgira outra cidade que absorvia o progresso da região. E São Mateus, que, além de porto fluvial acessível às embarcações marítimas que pudessem franquear a barra, se tornava o entreposto natural dos produtos que viessem do interior.

Com a ligação rodoviária de São Mateus a Vitória, em 1936, e a de Nova Venécia a Colatina, em 1947, o porto de Conceição da Barra passou a ser visitado apenas por embarcações pesqueira .

A cidade morria de inanição. Mas, com o desenvolvimento das facilidades rodoviárias, começaram as suas praias a ser procuradas pelos veranistas, principalmente vindos do nordeste mineiro e, também um pouco, de São Mateus: A cidade mudou de vida. Deixou de ser cidade-porto para ser cidade-praia.

MUNARI, Giovanni. Caminhos combonianos no Brasil (1952-2017). São Paulo: Editora Alô Mundo, 2007. Pág. 229-232.

1.3. Conceição da Barra

De São Mateus, os combonianos subiram para Conceição da Barra, a região praiana da foz do Rio Cricaré ocupada, na época do descobrimento, pelos índios *guaianás*. Os primeiros registros de Conceição da Barra são de 1537. Dizem que houve uma forte tempestade e um navio português despejou um grupo de náufragos na praia. Criaram um primeiro núcleo populacional e deram-lhe o nome de Barra. Virou ponto de passagem dos navios que da Bahia seguiam para o sul. Em 1556 o padre José de Anchieta fez uma visita ao local, o rio Cricaré passou a ser chamado de São Mateus e aquele povoado de Barra de São Mateus. Em 1831 foi construída a igreja, dedicada a ossa Senhora da Conceição e quando, em 6 de outubro de 1891, foi instalado o município, passou a ser chamado de Conceição da Barra.

Mais uma nota de história: em Conceição da Barra em 1858 foi apreendida a escuna norte-americana Mary E. Smith, último navio negreiro retido em costas brasileiras. Trezentos e cinquenta africanos foram retirados da embarcação e levados para a Bahia pelo brigue-escuna Olinda da Marinha de Guerra Brasileira.

Essa vida longa, ligada à colônia, à escravidão e ao primeiro povoamento do Brasil, explica também a antiguidade da presença da Igreja e um pouco as características de seu povo.

Por parte da Igreja, presença antiga, mas apenas física, sem qualquer impacto real na vida das pessoas. A paróquia, criada em 1834, ficou muito tempo praticamente como mero ponto de celebração em épocas especiais. Teve impulso somente com a criação da diocese de São Mateus e a chegada dos combonianos, que aconteceu em 1956.

Nesse período ela ainda abrangia as regiões próximas de Pedro Canário, Pinheiros, Montanha e Mucurici.

O começo não foi fácil. O povo acolheu bem P. Vito Milesi, primeiro pároco, e não gostou quando, apenas um ano depois, foi transferido. Por isso seu substituto, P. José Simionato, foi recebido com indiferença e até certa rejeição. As obras que haviam começando pararam, as irmandades se dividiram, o padre ficou isolado. Ele também deixou a paróquia pouco depois. Conceição da Barra era já em si paróquia difícil, porque feita de pescadores que ficam fora muitos dias da semana para a pesca, de famílias irregulares, de tradições populares muitas vezes desconhecidas mas bem arraigadas. A essas dificuldades "normais", foram se juntando os excessivos remanejamentos que não permitiram que se criassem raízes. Mais tarde vieram as tentativas de introduzir as reformas do Vaticano II. Os cruzamentos de culturas e expressões das várias regiões tinham criado ilhas de costumes e tradições onde a novidade sempre teve dificuldades de entrar.

O quadro piorou mais ainda quando a Igreja quis interferir no cenário político local, com tomadas de posição em favor de políticos tradicionais ou contra eles. "Católico deve votar em católico", dizia P. Marchi Aletti no final da década de 50, criando reações fortes nos grupos não-católicos, como criaram reações igualmente fortes as tentativas de levar a pastoral para os movimentos sociais ou para problemas estruturais da região ou do país.

Durante muitos anos a paróquia passou a ser atendida pelos padres de São Mateus. Quem tentou puxar algo diferente sempre conseguiu muito pouco. O ambiente continuou frio e difícil por longos anos. Todos afirmavam que o povo de Conceição da Barra não respondia e por isso entrou a idéia de que não adiantavam grandes investimentos de energias porque, com muitos ou poucos agentes, o resultado parecia ser o mesmo.

Quando o grupo comboniano quis abrir-se à problemática dos afro-brasileiros, São Mateus e Conceição da Barra foram considerados os lugares mais interessantes para a primeira aproximação. Mas também nesse ponto os esforços não deram resultados. Dessa vez as complicações vieram de dentro e não de fora, como já tivemos ocasião de registrar.

Os combonianos voltaram oficialmente, com uma comunidade, só em setembro de 1990. Trabalhando com simplicidade e fazendo da presença apenas um testemunho de atenção às pessoas e às famílias, recuperaram um pouco a confiança do povo sem, contudo, dar à paróquia nenhum impulso de verdadeira renovação. Entre as estruturas criadas, a Sociedade Estrela do Mar, de atendimento às crianças, teve injeção de ânimo e dinheiro que lhe permitiu sair de um período de crise bastante forte e prestar um serviço reconhecido e apreciado pela população. Aos poucos a paróquia voltou a participar também da vida diocesana permanecendo, porém, lugar pacato e com pouca vida (fora a época de temporada, quando a cidade é invadida por milhares de turistas), com características próprias e uma base religiosa que parece dispensar muitos dos tradicionais serviços paroquiais. Por que não interessam? Nunca houve um verdadeiro aprofundamento dessa questão.

A paróquia foi entregue definitivamente ao clero diocesano em final de 2005.

3 - Paróquia de Conceição da Barra

"A Paróquia é a Família de Deus aqui onde resido agora, enquanto eu vivo."

Conceição da Barra foi a primeira vila de São Mateus a se emancipar e tornar município e também a primeira Paróquia desmembrada de São Mateus.

Por estar localizada na foz do rio, funcionava como porto marítimo de São Mateus a quem devia sua vida e seu movimento.

Passou a ter pároco próprio a partir do ano de 1834. Dali até a posse do primeiro comboniano em São Mateus, em 1955, contaram-se vinte. Apenas dois ou três foram contemporaneamente párocos de São Mateus.

Antecedendo a história da Paróquia será apresentada a história do município para melhor compreensão e contextualização.

3.1- Síntese histórica do município

Partindo do fato de ter vindo do mar o colonizador português que chegou ao Brasil, pela época do descobrimento, logo se deduz que os primeiros núcleos populacionais foram instalados na costa.

Conceição da Barra é, portanto, um dos mais antigos núcleos de colonização do Brasil, principalmente por estar na foz de um rio com aproximadamente 50 km de navegabilidade.

É bem provável que os portugueses que chegaram à região do rio Cricaré (Kiri-kerê em língua tupi: manso, calmo, preguiçoso) vieram de Vila Velha de onde Vasco Fernandes Coutinho administrava a sua Capitania do Espírito Santo, que tinha como limites o rio Mucuri (Capitania de Porto Seguro), ao norte e o rio Itabapoama, ao sul (Capitania do Rio de Janeiro).

3.1.1- O início da colonização

Os índios que habitavam a região eram do tronco linguístico Tupi.

Orientados pela estratégia de ocupação do território das novas terras, os primeiros colonizadores procuraram locais mais altos para se estabelecerem com mais segurança contra os ataques das outras forças estrangeiras que também cobriam as terras do Brasil. Por isso os primeiros colonos se preocuparam em se estabelecer em um ponto mais alto onde hoje se situa a cidade de São Mateus.

No dia 21 de setembro de 1583, o padre jesuíta Femão Cardim, em viagem pela costa brasileira, escreveu que ao chegar a Porto Seguro, os outros irmãos (padres) estavam na aldeia de São Mateus para celebrar a sua festa:

Esse documento contradiz as afirmações orais de que Anchieta teria mudado o nome do rio e da localidade de Cricaré (nome pagão) para rio e aldeia de São Mateus (nome cristão), no dia 21 de setembro de 1596. O mais provável é que essa mudança de nome tenha ocorrido em 1566, numa viagem de Anchieta pela costa brasileira, de São Vicente a Bahia.

Com a mudança do nome feita por Anchieta, a pequena aldeia de Barra do Cricaré passou a ser chamada de Barra do São Mateus.

3.1.2 - A Administração em Barra de São Mateus

Em 1834 foi criada a Paróquia de Barra de São Mateus. Itaúnas também passou a ser Paróquia, porém sem padre, sendo assistida pelo pároco de São Mateus:

A aldeia foi elevada a categoria de vila com a denominação de Barra de São Mateus, pela resolução do conselho do governo de 2 de abril de 1833, desmembrado do território de São Mateus. Por decreto provincial nº 4, de 4 de julho de 1861, foi criado o distrito de Itaúnas. Em 19 de setembro de 1891 foi elevada à condição

de cidade com a denominação de Conceição da Barra, por decreto estadual nº 28.

A solenidade da instalação da cidade deu-se a 6 de outubro de 1891, ficando estabelecido por lei, que nesse dia se comemore o dia do município.

3.1.3 - A divisão distrital

Em 1911, o município era constituído de dois distritos: Conceição da Barra e Itaúnas. Pela lei estadual nº 265, de 22 de outubro de 1949, foi criado o distrito de Taquaras com território desmembrado de distrito sede do município de Conceição da Barra. Pela lei estadual nº 1931, de 07 de janeiro de 1964, foi criado o distrito de Vinhático e anexado ao município de Conceição da Barra. Pela lei estadual nº 3383, de 27 de novembro 1980, o distrito de Taquaras passou a denominar-se Pedro Canario (IBGE).

Pela lei estadual nº 4075 de 11 de maio de 1988 foi criado o distrito de Braço de Rio e anexado ao município de Conceição da Barra (IBGE).

Em divisão territorial datada de 1 de junho de 1995, o município é constituído de 3 distritos: Conceição da Barra, Braço do Rio e Itaúnas (IBGE).

3.1.4 – Desmembramento de território

O município de Mucurici foi criado em 11 de dezembro de 1953, sendo desmembrado do território de Conceição da Barra. Em 30 de dezembro de 1963 foi a vez Pinheirosse emancipar de Conceição da Barra. O último foi Pedro Canário, pela lei estadual nº 3623, de 23 de dezembro de 1983.

Conceição da Barra já pode se considerar um município avô, pois Montanha e Ponto Belo se emanciparam do município de Mucurici, que é filho. O primeiro em 28 de dezembro de 1963 e o segundo em 30 de março de 1994.

3.1.5 - A economia do município

O porto de Conceição da Barra teve grande movimento até o início do século XX. A produção de farinha de mandioca era muito significativa. Havia também muitos engenhos de açúcar e produção agrícola de subsistência com venda apenas do excesso de produção. As embarcações da época eram pequenas. O aumento nos tamanhos dessas embarcações fez cair o movimento dos portos de barra rasa.

Mesmo contando com um porto, Conceição da Barra não alcançou grande crescimento por causa do porto de São Mateus, cujo núcleo populacional "absorvia o progresso da região".

A mão-de-obra escrava era o sustentáculo dessa economia.

Com o fim da escravidão, os municípios do sul do estado e, do norte, apenas São Mateus receberam um número de famílias de imigrantes italianos para oferecer mão-de-obra principalmente para a lavoura de café que estava sendo implantada nessa região.

O município de Conceição não recebeu imigrantes e a maior parte de suas terras permanecia ainda tomadas pelas florestas nativas, apenas com uma pequena faixa litorânea sendo utilizada na agricultura.

Entre Conceição da Barra e São Mateus uma gramínea de nome sapê brotava da terra como praga, impedindo o desenvolvimento das lavouras agrícolas.

Com a mudança na logística priorizando o transporte rodoviário no Brasil, apressou-se a construção da ligação rodoviária entre São Mateus e Linhares, em 1936 e entre Nova Venécia e Colatina, em 1947, decretando assim a falência desses dois portos no norte do estado,

A cidade de Conceição da Barra passou a viver da exploração de madeiras em serrarias que se instalaram dentro do seu município. A agricultura era de subsistência.

A população predominantemente composta de descendentes de escravos das antigas fazendas, com

pouca ou nenhuma instrução, vivia abandonada em suas precárias moradias na região oeste do município, denominada de Sapê do Norte.

Aqueles que podiam migravam para outras regiões. Os que ficavam estavam condenados ao esquecimento e exploração.

3.1.6 - A abertura da BR 101: o isolamento

A abertura da BR 101 em 1962, com o trajeto passando longe da sede do município, liquidou por completo o movimento no porto de Conceição da Barra que servia apenas para atracamento de embarcações pesqueiras.

Ora, se uma cidade foi criada em função de um porto e estando mais de 70% de sua população morando no campo e sobrevivendo da agricultura, cujo excesso de produção é comercializado nesse porto e esse porto morre, a cidade fatalmente entrará em falência.

E assim, Conceição da Barra passou a viver apenas de um pequeno movimento de veraneio no mês de janeiro e da exploração da madeira, enquanto havia matas.

A construção da ponte sobre o rio Mariricu, em 1966, possibilitou o surgimento do balneário de Guriri, a praia que os mateenses não tinham, apesar de estarem no litoral. A praia dos mateenses era a de Conceição da Barra.

A praia de Guriri conseguiu um grande crescimento e passou a concorrer com a praia da Barra, retirando grande parte dos seus frequentadores, contribuindo ainda mais para a decadência econômica do município.

Aconteceram ainda as emancipações de vários distritos de Conceição da Barra, sendo o último Pedro Canário, em 1983, diminuindo a importância política do município.

3.2 - Pe. Vito Milesi - o primeiro pároco comboniano de Conceição da Barra

1º de janeiro de 1956 a 1º de janeiro de 1957

O Pe. Vito Milesi tomou posse como pároco de Conceição de Barra no dia 1º de janeiro de 1956, sob grande entusiasmo do povo barrense, que desde o ano de 1905 não contava com padre residente no município.

E não foi fácil contar com padre na cidade. O povo teve que fazer um grande esforço, conforme escreve o Pe. Carlos Furbetta na publicação "Presença Comboniana em Conceição da Barra":

- 1) cooperou para pagar a viagem Itália-Brasil com Cr\$ 25.000,00;
- 2) reformou a casa canônica com um gasto total de Cr\$ 30.000,00;
- 3) reservou certa quantia para ulteriores gastos na igreja;
- 4) pagou por completo a manutenção do padre durante todo o ano de 1956;

5) enfrentou, junto com o povo, os relevantes gastos para a grande reforma da velha igreja, como se dirá adiante. Tudo isso em clima de grande entusiasmo e, digamos, de "lua de mel".

Do livro Tombo da Paróquia de Conceição da Barra o Pe. Carlos Furbetta transcreve o que o Pe. Milesi escreveu sobre a situação religiosa local:

A juízo dos padres que passaram pela cidade, a vida religiosa está muito decaída. Os próprios fiéis sabem disto e falam com muito sentimento.

A frequência à igreja limita-se às poucas famílias que levaram à frente a ideia de exigirem pároco próprio residindo na cidade.

A frequência aos SS. Sacramentos, em proporção do número dos fiéis, ao início é quase nula. A instrução religiosa das crianças reduz-se as dez-vente meninas que anualmente recebem a Primeira Comunhão. Completamente ausentes os meninos e rapazes como também os fiéis de cor, que comparecem na igreja duas-três vezes por ano. Existe uma irmandade de N.Sra. Auxiliadora com 140 irmãs, cuja vida limita-se à cobrança mensal, limpeza da igreja e festa de N. Sra. Auxiliadora no fim do ano. Existe também um grupo de cantoras.

Há, porém, um elemento novo prometedora, uma espécie de semente que deverá, brotar: a consciência, nas pessoas de maior destaque, de sua indigência espiritual ... Espera-se que esta consciência seja o ponto de partida para a nova ascensão

Sobre a situação financeira, o padre encontra uma cidade que tem origem no século XVI, com porto na foz do rio São Mateus, porém de pouco movimento. Apenas pequenos barcos de pescadores.

Na temporada de verão a cidade ganhava muitos visitantes ou parentes dos moradores, ou ainda barrenses que vinham para suas casas de veraneio.

Como ainda não era explorado o litoral de São Mateus por falta de acesso rodoviário, a praia dos mateenses, venecianos e demais moradores do norte do estado era a de Conceição da Barra. O balneário de Guriri, em São Mateus, atualmente a segunda praia mais frequentada do estado, não existia. Só pescadores por ali passavam. Barra Nova, outro balneário mateense, era visitada por pouquíssimas pessoas que dispunham de barco a motor. Poucas casas de pescadores e pequenos agricultores pontuavam nessa região.

Como era normal acontecer nessas igrejas mais antigas, existia alguns imóveis, sem escritura e algumas pecinhas de ouro ou prata de propriedades dos santos ou santas: São Benedito, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora das Dores.

Nas páginas 3 e 4 do livro Tombo da Paróquia de Conceição da Barra consta um inventário de 42 pecinhas de ouro e prata, tais como cordões, anéis, brincos, cruzinhas, etc. Há também a citação de um terreno denominado Favica, plantado com coqueiros e servindo de moradia de algumas pessoas bem pobres e algumas prostitutas.

3.2.1- O território da Paróquia de Conceição da Barra

A Paróquia de Conceição da Barra abrangia toda a faixa de divisa do Espírito Santo e Bahia, desde o litoral até a divisa com Minas Gerais, compreendendo os atuais municípios de Conceição da Barra, Pedro Canário, Pinheiro, Montanha e Mucurici.

É preciso ressaltar que nessa época esse território era ainda coberto de florestas, a exceção de uma faixa litorânea entre a sede da cidade de Conceição da Barra e São Mateus que era coberta por sapê. Os madeireiros estavam abrindo as primeiras estradas e surgiam os primeiros núcleos populacionais dessa região.

Na página 4 do livro Tombo o Pe. Vito diz que existiam dezessete pontos de visita, dos quais em treze já havia capelas. Eram pequenas e desprovidas de tudo. Apenas Montanha lhe pareceu ser de mais futuro. A esta dedicou uma visita dominical por mês. Afirma também que já há forte "infiltração protestante" por toda parte e em Montanha um pastor já desenvolve suas atividades.

3.2.2 - O movimento religioso do Pe. Vito Milesi

o Pe. Vito conseguiu animar o povo católico barrense que, durante a quaresma de 1956, atingiu o número de quatrocentos pessoas fazendo a Páscoa na Matriz. Para Conceição da Barra era um número muito bom.

No dia 30 de abril chegou a Conceição da Barra o Superior Geral dos Combonianos Pe. Antônio Todesco que ficou encantado com o movimento religioso e o carinho do povo para com o seu pároco e com ele próprio, pois fora acolhido com entusiasmo e muita festa.

No dia 1^o de maio celebrou Missa Solene em honra a São José Operário e falou ao povo em italiano com tradução do Pe. Rino Carlesi.

Quinze dias depois celebrou uma festa para a Primeira Comunhão de aproximadamente 60 crianças, entre meninas e meninos e não apenas meninas.

3.2.3 – A reforma da Matriz

Há informações de que a Igreja Matriz de Conceição da Barra foi construída no ano de 1800. Media dez metros de comprimento por oito de largura.

Em 1812, aproveitando o progresso local, os moradores resolveram transformá-la em Igreja, fazendo uma obra digna de louvores, mais louvores merecendo por deixarem occultos nas dobras da modéstia os nomes de tão abnegados autores.

Em 1854, por iniciativa do Sr. Francisco Pereira de Vaconcellos, sem "auxílios públicos" foi construído o forro e reparos na pintura.

Continuando o discurso o autor diz que logo depois dessa reforma a administração da igreja foi entregue ao Sr. Manoel Romão que zelou por mais de 15 anos, quando assumiu a direção o Sr. Mendes.

No ano de 1900 estava sob a direção do Sr. Joaquim Ignácio da Fonseca, quando foi celebrado o centenário da Igreja com grandes festas e fixada como "lembrança comemorativa uma Cruz na parte superior do arco central do interior do templo". Sua administração terminou em 31 de outubro de 1910, data em que assumiu o Sr. Celso Farias até 1915, quando passou a administração a Sra. Henriqueta Fonseca que fez melhoramentos e remodelações na igreja.

No ano de 1923 a administração passou para o Sr. Antonio José de Souza.

O Padre Vito viu que era necessária uma reforma para consertar o que o tempo havia estragado devido ao abandono de muitos anos e para ganhar maior disponibilidade de espaço para as celebrações.

Para tanto, convocou diversas reuniões com os membros da diretoria e começaram a obra.

Foram necessárias várias intervenções que o Pe. Carlos Furbeta assim descreve a obra, iniciada em 1923:

Na hora da reconstrução apareceu que as paredes oeste e norte estavam perigosamente fora de prumo. Precisou refazê-las em parte e amarrar tudo com bem 75 metros corridos de vigas. O telhado foi preciso substituí-lo por completo, reformando-lhe também todo a engradamento.

Quanto à nova disposição para ganhar espaço desimpediram a nave retirando o enorme altar de N. Sra. Auxiliadora, que estava rente à parede de esquerda, e sistemando-o à direita, dentro de uma capela lateral anteriormente só ocupada por uma enorme escada de madeira que subia à cantoria. Retiraram essa escada e derrubaram a velha cantoria também de madeira e substituíram-na por outra de cimento armado. Nas paredes laterais e na fachada abriram oito janelas para aumentar ar e luz.

Por fim recuaram o altar mor até a ábside para aumentar mais ainda o espaço disponível

3.2.4 - Fundação de Irmandades

O Pe. Vito revitalizou a Irmandade de Nossa Senhora Auxiliadora, dando-lhe um conteúdo mais apostólico.

Em seguida fundou o Apostolado da Oração na Matriz e abriu uma secção do Apostolado na capela de Mucurici.

Em outubro admitiu como aspirantes à Cruzada Eucarística os melhores meninos e meninas da cidade e a 7 de dezembro admitiu-os como efetivos.

Houve também preparação de vinte homens como candidatos a formarem a Congregação Mariana.

Acontece que "a messe é grande, mas os operários são poucos". E a Igreja precisava do padre Vito para uma missão mais importante e o transferiu para Nova Venécia, para frustração do povo barrense.

3.3 - O paróquiato incompreendido do Pe. José Simionato

Fazia apenas um ano que o Pe. Vito Milesi estava em Conceição da Barra. Sua transferência causou um estrago no trabalho da Igreja no município.

O Pe. José Simionato permaneceu na Barra de janeiro de 1957 a julho de 1958: "um ano e meio de purgatório!", afirma Furbetta.

O povo barrense interpretou que só o Pe. Vito podia ser o vigário e que outro não merecia receber o seu apoio e a sua consideração, o que provocou a paralisação de todos os trabalhos e a divisão das irmandades, levando muitas senhoras a deixarem essas organizações tão valiosas no trabalho da Igreja.

O povo barrense não aceitou a transferência e boicotou o trabalho do novo pároco.

Os combonianos decidiram: "não ceder às manhas de um grupo de politiqueros "religiosos" que fazem em Barra o bom e mau tempo: a Igreja deve ser independente em seu governo pastoral".

O Pe. Francisco Marchi Aletti, seu sucessor, assim escreveu no Livro Tombo da Paróquia de Conceição da Barra:

O pobre Pe. José ficou isolado, desprestigiado, cercado de incompreensão ... O mal-estar chegou a tal ponto que o Sr. Bispo resolveu aliviá-lo substituindo-o com outro: e aqui estou eu! E o primeiro meu gesto é consignar a estas páginas o reconhecimento dos esforços heróicos do padre para aplainar as situações e continuar a assistência ao povo da cidade e do interior ... A ele o louvor e o mérito de ter tido a força de sofrer calado: tão calado que nem uma palavra sequer deixou registrada aqui do martírio de seu coração sacerdotal

3.4 - O paróquiato de Pe. Francisco Marchi Aletti

27 julho de 1958 a 8 de dezembro de 1963 Coadjuutores:

Pe. Franco Rinaldi Ceroni (2 de março a 22 de setembro de 1960)

Pe. João Toninelli (22 de setembro de 1960 a junho de 1961)

Pe. Tolmino Taddei Gunho a 27 de dezembro 1961)

Pe. Paulo Bandera (10 de abril de 1962 a 5 de março de 1963)

Pe. Mário Stella (15 de março de 1963 ao fim do paróquiato)

Pelo clima existente entre o povo e os padres responsáveis pela direção da Igreja há de se imaginar que a recepção ao Pe. Francisco não teria lá esse público a prestigiá-lo, principalmente com o Pe. Rino Carlesi executando o ritual de posse.

O Pe. Francisco só foi descobrir a causa em conversas posteriores quando soube que muitos não compareceram pelo fato de atribuírem ao Pe. Carlesi a transferência do Pe. Vito.

No início de seu trabalho, o Pe. Francisco estabeleceu cantatas com o maior número possível de paroquianos e fez muitas visitas domiciliares para ter uma ideia de sua Paróquia que ele assim descreve:

- grande número de famílias irregulares;

- pais que não cuidam da educação cristã dos filhos;
- missas nos domingos sem presença de adultos e crianças;
- irmandades ainda em reboliço e com rivalidades entre si;
- a quase totalidade dos pobres afastada da vida paroquial;
- em "Companhia Paulista" aglomeração de miseráveis contratados para plantio de café. Só os operários são de sete a oitocentos, sem escola, sem farmácia, sem igreja ..., analfabetos, ganhando diária de fome e morando em barracos mais próprios de cabritos do que de gente.
- No interior entram moradores novos provindos de toda parte, geralmente em situação familiar lastimável.
- estradas precárias e sem condução regular.

3.4.1- Os primeiros embates com os protestantes e o modo de viver do povo barrense

É bom lembrar ao leitor que nesse tempo não tinha acontecido o Concílio Ecumênico Vaticano II, portanto a Igreja Católica ainda estava sob a orientação do Concílio de Trento, no qual foi criada a Contra Reforma, um movimento para conter o avanço de outras religiões, principalmente o protestantismo de Martinho Lutero.

O Pe. Francisco tinha formação tridentina (do Concílio de Trento), como também os outros padres católicos de então, e combatiam o protestantismo com todas as Suas forças.

o Concílio de Trento foi o mais longo da história [18 anos] e é considerado um dos três concílios fundamentais na Igreja Católica. Foi o 19º concílio ecumênico e aconteceu entre 1545 e 1563.

Seu objetivo era assegurar a unidade da fé e a disciplina eclesiástica, tendo em vista a divisão então vivida na Europa provocada pela Reforma Protestante, razão pela qual é denominado também de Concílio da Contra-Reforma.

Os documentos desse concílio foram as principais fontes do direito eclesiástico durante os 4 séculos seguintes até à promulgação do Código de Direito Canônico em 1917. Foram emitidos numerosos decretos disciplinares, especificando-se claramente as doutrinas católicas quanto à salvação, os sete sacramentos (como por exemplo, confirmou a presença de Cristo na Eucaristia), o cânone bíblico (reafirmou como autêntica a Vulgata) e a Tradição, a doutrina da graça e do pecado original, a justificação, a liturgia e o valor e importância da Missa (unificou o ritual da missa de rito romano, abolindo as variações locais, instituindo a chamada "Missa Tridentina"), o celibato clerical, a hierarquia católica, o culto dos santos, das relíquias e das imagens, as indulgências e a natureza da Igreja. Regulou ainda as obrigações dos bispos.

Foram criados seminários nas dioceses como centros de formação sacerdotal e confirmou-se a superioridade do Papa sobre qualquer concílio ecumênico. Foi instituído o "Index Ubrorum Prohibitorum", um novo Breviário (o Breviário Romano) e um novo Catecismo (o Catecismo Romano). Foi reorganizada também a Inquisição.

A Reforma Católica foi reforçada pela criação, em 1540, da Companhia de Jesus, ordem religiosa fundada pelo espanhol Inacio de Loyola. A Companhia de Jesus [padres jesuítas] transformou-se num verdadeiro "exército" em defesa da manutenção dos princípios católicos e da evangelização na Europa, na Ásia e nas Américas.

3.4.1.1- O padre e a campanha do candidato protestante

o Pe Carlos Furbetta, que era vigário de São Mateus, acompanhou de perto esses embates e escreveu:

No segundo domingo depois da posse achou seu dever falar aos paroquianos acerca do dever do eleitor Cristão ...

É que faltavam dois meses para as eleições e um dos candidatos a governador do Estado era o Floriano Rubim, protestante etc. etc.

O Pe. Francisco garante no Tombo que a prática nas três missas foi propositalmente calma e prudente: evitou dizer que quem vota em candidato de outra religião faz pecado mortal (sic!) ... Disse só que não se deve colaborar com expoentes de outra religião ... Naturalmente isto feriu os brios do RIB. e seus aliados que sustentavam aquela candidatura.

O Sr. Adolfo Serra, maestro da banda musical, logo veio fazer suas reclamações e aconselhar prudência ao

vigário novato.

O Dr. Mário Vello Silveiras, candidato a deputado pelo mesmo partido e incontestado chefe político do lugar, mandou pedir audiência. Nela intimou a S. Revma. que não tocasse mais no assunto, porque podia ser prejudicial ... ; já o povo da Barra tinha sido tratado sem consideração quando da transferência do Pe. Vito Milesi ... ; agora podia se revoltar, se lesado em seus direitos de acompanhar a política do Sr. Floriano Rubim, etc.

O padre Francisco ia abrir a boca para expor seu ponto de vista e suas razões, mas o candidato não lhe deu tempo e se mandou.

O pároco ficou sem fôlego e sentou na poltrona. Que fazer? Pensou, pensou e resolveu expor situação ao Bispo e pedir diretrizes.

Primeiro informa:

- 1) O Sr. Adolfo Serra e o Dr. Mário Vello Silveiras são da diretoria da Congregação Mariana;*
- 2) mesmo assim, se vê que lhes faltam as bases de uma verdadeira formação cristã de obediência à Igreja e à sua autoridade ... ;*
- 3) para eles os compromissos do partido são sagrados e nem suspeitam que possam entrar em contraste com os de cristão;*
- 4) se a Igreja combate Floriano, perguntam, como se comportará caso ele vença?*
- 5) se na política anterior o Pe. Ponciano militou ao lado do Floriano Rubim e do Luís Batista, também protestante, perguntam ainda, porque agora o pároco da Barra quer impedir que simples leigos façam o mesmo?*

Por isso o Pe. Francisco pergunta:

- 1) Nas práticas da Matriz e do interior devo dizer claro que quem vota em candidato protestante faz pecado mortal?*
- 2) Como comportar-me com congregados marianos que fazem propaganda para Floriano?*
- 3) Nas confissões, depois das eleições, terei que perguntar se votou em Floriano?*

O Bispo respondeu que a prudência deve dominar. No entanto alguns pontos devem ficar claros:

- 1) A Igreja condena o comunismo e toda colaboração com ele;*
- 2) os Bispos do Brasil reconhecem todos os outros partidos políticos;*
- 3) a Igreja está fora e acima dos partidos e não faz aliança com nenhum;*
- 4) a questão é saber escolher homens bons, honestos, capazes, etc.*

5) nas eleições o católico deve escolher segundo a consciência;

6) sobre o assunto de "pecado" deve-se dizer que é pecado votar mal sabendo que está votando mal.

O Pe. Francisco recebeu, registrou e ficou esperando o resultado das urnas para registrar também: de 1400 eleitores da Barra, 800 votaram no protestante Floriano

O pároco mastiga amargo: ninguém se confessa que pecou; todo mundo acha que não podia trair o partido; ninguém entregou a fita da irmandade ... Se amanhã se apresentar o capeta para candidato do partido, votarão nele do mesmo jeito!

Mas o diabo talvez não fosse tão feio como se pintava ... O fato é que a Prefeitura Municipal doou à paróquia Cr\$ 10.000,00 e Exmo. Sr. Dr. Mário Vello Silveiras doou bocas e microfone para instalação do aparelho de altofalantes na Matriz:

O Pe. Francisco ficou feliz. O Tombo não diz se mandou desinfetar aquelas peças já usadas na campanha eleitoral traidora da fé

3.4.1.2 - A venda do altar

Sob o título 'Antiquário Contestado', o Pe. Furbetta escreveu:

Existiam numa casa velha, debaixo da poeira, teias de aranhas e goteiras, os restos de um altar velho de São Benedito. Aliás, o cupim já tinha roído muitas peças e outras tinham sumido nas casas de fulano ou de sicrano; e, além disso, precisava pagar o aluguel da velha casa.

Apareceu um comprador do Rio e o vigário, cientes os fabriqueiros, fechou negócio por 10 contos. Na hora, porém de carregar o traste no caminhão que devia levá-lo para o Rio, alguns acharam que aquilo era abuso do vigário e o denunciaram ao juiz.

O meritíssimo chamou o padre para esclarecer e buscar uma solução pacífica do caso. Então o vigário explicou:

1) Estava de posse de uma carta da Cúria Diocesana proibindo restaurar tais altares dentro da igreja.

2) Dito altar estava-se esfarelando na velha casa.

3) Fazendo uso de sua autoridade normal fechou negócio com o homem do Rio.

4) Se alguém tinha algo a reclamar, era com os Superiores Eclesiásticos e não com o meritíssimo

O juiz partiu para solução salomônica: mandou o comprador assinar documento com que se comprometia a enviar orçamento da reforma do altar, e o povo da Barra enviaria o dinheiro caso concordasse com a reforma.

O que agastava o padre era que tudo isso acontecia por causa de dois ou três elementos que se metem nos casos da igreja só para poder dizer: vamos ver quem é mais forte.

3.4.1.3 - A cerimônia do Lava-pés

Na quinta-feira da Semana Santa é celebrada a Missa do Lava-pés, que marca o início do Tríduo Pascal, que termina no Domingo de Páscoa.

Depois da homilia, o sacerdote católico repete o ritual de Jesus na Última Ceia, realizando o ritual conhecido como Lava-pés, em que lava os pés de doze pessoas da Igreja representando os doze discípulos. É um momento especial em que Jesus mostra a importância da humildade e da generosidade, pois lavou os pés

até daquele que o entregaria aos inimigos.

Pois bem. As coisas nem sempre são vistas da mesma maneira por todos. E aí vai a descrição do primeiro Lavapés do Pe. Francisco:

Outra luta teve o Vigário, no primeiro ano, por causa do lava-pé.

Tendo ele escalado para essa cerimônia pessoas de todos os partidos e até um ou outro que pouco ou nada freqüentava a igreja, alguns dos mais "católicos" empacaram dizendo que junto de fulano ou de sicrano não sentavam no banco para o lava-pé ...

São os tais fariseus, cheios de si, que não entendem que dever do vigário é chamar também aqueles que são menos "santos" do que eles:

No Evangelho segundo S. João 13,1-15, está a narrativa que dá origem à cerimônia do Lava-pés:

Antes da festa da Páscoa, Jesus, sabendo bem que tinha chegado a sua hora da passagem deste mundo para o Pai, Ele, que amara os seus que estavam no mundo, levou o seu amor por eles até ao extremo. O diabo já tinha metido no coração de Judas, filho de Simão Iscariotes, a decisão de o entregar. Enquanto celebravam a ceia, Jesus, sabendo perfeitamente que o Pai tudo lhe pusera nas mãos, e que saíra de Deus e para Deus voltava, levantou-se da mesa, tirou o manto, tomou uma toalha e atou-a à cintura. Depois deitou água na bacia e começou a lavar os pés aos discípulos e a enxugá-los com a toalha que atara à cintura. Chegou, pois, a Simão Pedro. Este disse-lhe:

"Senhor, Tu é que me lavas os pés? » Jesus respondeu-lhe: "O que Eu estou a fazer tu não o entendes por agora, mas hás-de compreendê-lo depois.» Disse-lhe Pedro: "Não! Tu nunca me hás-de lavar os pés! » Replicou-lhe Jesus: "Se Eu não te lavar, nada terás a haver comigo . » Disse-lhe, então, Simão Pedro: "Ó Senhor! Não só os pés, mas também as mãos e a cabeça! » Respondeu-lhe Jesus: "Quem tomou banho não precisa de lavar senão os pés, pois está todo limpo. E vós estais limpos, mas não todos . » Ele bem sabia quem o ia entregar; por isso é que lhe disse: 'Nem todos estais limpos'. Depois de lhes ter lavado os pés e de ter posto o manto, voltou a sentar-se à mesa e disse-lhes: "Compreendeis o que vos fiz? Vós chamais-me 'o Mestre' e 'o Senhor', e dizeis bem, porque o sou. Ora, se Eu, o Senhor e o Mestre, vos lavei os pés, também vós deveis lavar os pés uns aos outros. Na verdade, dei-vos exemplo para que, assim como Eu fiz, vós façais também.

Outras passagens do Pe. Francisco serão citadas mais adiante, na continuação da história da Paróquia de Conceição da Barra, na Parte VII - O Governo de Dom José Dalvit.

1834 a 1851 - Pe. Manoel dos Santos Pena;

1855-1857 - Pe. Manoel Maria Bocage;

1859-1860 - Pe. Otílio José Gutardo;

1860-1862 - Caetano d'Archanjo Pereira Miranda;

1862 - Francisco Pinto Ribeiro;

1864 - Pe. Bernardino de santa Efigêncla Rego;

1864-1869 - Pe. Manoel Cordeiro dos Santos Barros;

1870-1871- Pe. Vicente Ferreira Lopes Magalhães;

1871-1872 - Pe. Francisco Antunes de Sequeira;

1872-1893 - Pe. José Pereira Duarte Carneiro (era ao mesmo tempo Vigário de São Mateus);

1893, abril até agosto 1894 - Pe. Jaanto MesSias Peixoto;

1894-1895 - Pe. José Pereira Duarte Carnetro;

1895-1896 - Pe. Vicente Maria Mansone;

1896-1901- Pe José Pereira Duarte Carneiro;

1901-1904 - Pe. Ricardo Ampereso;

1905-1917 - Pe. Carlos Regathieri, sendo ao mesmo tempo Vigário de São Mateus como, aliás, todos os que seguem até esta data;

1917, fevereiro a Dezembro de 1926 - Pe. Bianor Emílio Aranha;

1927 - 1928 - Não tinha padre - Foi Visitada pelo Pe. Leandro Del Huomo;

1928-1934 - Pe. Francisco Travesso;

1935, Janeiro a Novembro de 1937 - Pe. Egidio Maria Oberfeld;

1937, dezembro a 1954 - Pe. Guilherme Scmitz.

3 - Continuação da história da Paróquia de Conceição da Barra

Na parte V foi apresentada a história da Paróquia de Conceição da Barra, desde o seu início até o paróquiato do Pe. Francisco Marchi Aletti que lá começou em 27 de junho de 1958.

Aqui continua ainda sob o comando do mesmo padre.

No livro "A Oferta e o Altar", de Renato Pacheco, o leitor poderá identificar o Pe. Francisco no personagem do Pe. Fernando e sentir um pouco o modo de vida dessa cidade que a esse tempo vivia de pesca e farinha, cercada pelo mar, rio e floresta e isolada do restante do Estado, sonhando mais que vivendo.

3.1 - Continuação do paróquiato do Pe. Francisco Marchi Aletti

Agosto de 1960.

Pe. Francisco estava indo visitar a capela de Barreira, onde se encontra a imagem do São Beneditinho das Piabas. O percurso é feito em canoa, pelo rio São Mateus. É tempo de ventos fortes e as marolas que ele forma, vez por outra tomba uma canoa e joga dentro d'água seus passageiros e pertences.

Pois aconteceu com o vigário exatamente isso.

Vamos saber desse naufrágio com a narrativa do Pe. Carlos Furbetta:

... Bem no meio, a canoa, de repente, virou e o padre foi ao fundo de batina preta e com mala e tudo ... Voltando à tona viu a canoa emborcada, segurou-se nela e aos poucos foi empurrado pela correnteza até um baixio onde conseguiu firmar o pé. Ali, com a ajuda do canoeiro, reaprumou a canoa, retirou a água e montou de novo ... de volta para casa. Dos homens que estavam no porto olhando e de canoa ao pé, nenhum se mexeu para socorrer o padre ... Que dizer?

Preferiu constatar uma ... "falha gravíssima" na preparação dos missionários para a missão.

Não te assustes, leitor aplicado: o Pe. Francisco nunca foi um interlectual. Fez lá seus estudos, mas nunca digeriu certas disciplinas. Chegou até, certa vez, a lançar o código de Direito Canônico pela janela ... Também tu não deves tomar muito a sério o seu desabafo: é que o susto mesmo foi grande ... e se sabe que o susto é um dos elementos que pode diminuir o "voluntário". De qualquer maneira a "heresia" não está escrita no Tombo: só lha ouvi eu de viva voz. Falou: por que é que os nossos Superiores não viram que era mais importante ensinar-nos a nadar do que enfiar-nos na cabeça o regime dos bens parafernais?

A convivência política do Pe. Francisco com o Dr. Mário Vello Silveiras não era das melhores por causa da eleição anterior em que o padre atacou a candidatura do protestante Floriano Rubim ao governo do Estado, visto na Parte V.

A sede da cidade de Conceição da Barra era dominada "por fuxicos, invejas, bairrismo e intrigas políticas".

Os dissabores do vigário foram muitos. Um deles foi a visita do coletor estadual e do fiscal de rendas que, a pedido de pessoas das próprias irmandades da Igreja, exigiram do padre a inscrição estadual da barraquinha onde se realizavam as festas que a Igreja promovia para sua sustentação.

Mesmo precisando de dinheiro para consertar o sino quebrado, o órgão comido pelo cupim, goteiras no telhado, muro da Casa Canônica sem reboco e com as esmolas das missas que mal davam para comprar o vinho, as velas e demais despesas da Paróquia, o padre teve que fechar a barraquinha.

Enquanto na sede o padre tinha dificuldades, nas capelas do imenso interior do município ele conseguia bons resultados na catequese e formação de uma nova mentalidade.

A Igreja não perdeu tempo e tratou de maneira especial, dentro de suas possibilidades, o grande sertão de Conceição da Barra.

Ninguém pode ter dúvida da influência da Igreja Católica no desmembramento do território de Conceição da Barra do qual surgiram, primeiramente as Paróquias de Montanha (com o município de Mucurici dentro desta Paróquia), Pinheiro e Vinhático. Mais tarde, a iniciativa da Igreja foi copiada pela sociedade civil, por ela incentivada, que conseguiu a emancipação política tornando-se municípios.

Para o caso da fundação da Paróquia de Montanha a Igreja entregou essa missão ao padre que viria a ser o primeiro Bispo da Diocese.

O desenvolvimento social e religioso do sertão barrense deu grandes alegrias ao Pe. Francisco que buscava ajuda nas Santas Missões:

"a primeira foi maio-junho de 1959 com os Padres Redentoristas Cozzi e Vieira. A segunda foi em abril-maio de 1962 com o frei Clemenciano.

Em ambas o movimento foi grande. O Tombo registra os números das confissões, comunhões, casamentos legalizados, abjurações de protestantes etc. na Matriz e nas localidades interioranas do Cristal, Pinheiros, Sant'Ana, Pedro Canário, Companhia Paulista, São Sebastião, Barrinha e Itaúnas.

Nesta ocasião também, enquanto no interior geralmente o missionário colhe satisfações pastorais na sede as coisas correm mais frias.

A página 17 o Pe. Francisco lamenta que o pregador se tenha deixado influenciar pela apatia do povo da cidade ... esmorecendo em sua atuação evangelizadora, e agudamente comenta: ora, se tudo estivesse em fervor, não precisávamos de missão!"

O Livro Tombo (página 27) desta Paróquia tem registrada a estatística realizada pelas Irmãs Combonianas, a convite do vigário, sobre a situação dos casamentos legítimos, concubinatos e de famílias protestantes, tanto na cidade como no interior.

O vigário lamentou a existência de situações "insanáveis" por causa da existências de matrimônio precedente.

No dia 16 de junho de 1963 chegou a notícia da morte do prefeito eleito do município, o Dr. Mario Vello Silves, num hospspital do Rio de Janeiro, depois de longo tratamento.

Era membro da diretoria da Congregação Mariana e rival do vigário, como já vimos.

O vigário, sempre muito cuidadoso, deixou tudo escrito. O Pe. Carlos fez a seguinte narrativa baseado no Tombo:

Às primeiras horas da madrugada do dia 16 de junho de 1963 já chegara a notícia do falecimento ocorrido às 3,30 horas do mesmo dia. O corpo do extinto veio de avião até São Mateus onde os amigos e parentes foram buscá-lo. Particularmente impressionante foi a chegada às 19:30, quando a cidade em peso foi recebê-lo e o trouxe até Câmara Municipal.

Aí foi *velado* a noite inteira e, no dia seguinte, às 10 horas, foi celebrada a Missa de corpo presente e o enterro, falando na ocasião diversos oradores que exaltaram o muito que o falecido fizera em prol do Município e o mais que planejara fazer no período de *governo* que não conseguira assumir por causa da doença e da morte.

O Pe. Marchi Aletti remata: não resta *dúvida* que com o falecimento dele o Município perde um homem de capacidade e de prestígio.

Dizem que os antigos cavalheiros prestavam as honras das armas ao adversário tombado. Você agudo leitor, *talvez* interprete neste sentido o comentário final acima relatado ... É possível que, no caso haja um pouco disto. Porém não se pode esquecer que o Pe. Francisco ponderava fatos e pessoas e, por conseguinte, sabia passar por cima de escaramuças contingentes para enxergar o conteúdo real de uma vida.

A narrativa do enterro do prefeito vem mostrar que o padre católico é preparado para combater sempre o pecado e nunca o pecador. Na confissão, por mais grave que seja, o padre tem o poder, adquirido pelo sacramento da Ordem, de perdoar os pecados. Isso "reduz o pecado a um comportamento que não se deveria ter e que, todavia, se tomou notícia".

O padre perdoa, aconselha e chama o Pecador à conversão, olhando sempre que todos são filhos do mesmo Pai, criados para viverem como irmãos aqui e na eternidade.

Ao registrar o seu reconhecimento à capacidade do prefeito, o padre dava o seu "Ego te absolvo".

E ai, o perdão não era de pecados cometidos contra outros, mas contra si.

O Pe. Francisco terminou o seu paroquiato em Conceição da Barra no dia da padroeira Nossa Senhora da Conceição, 8 de dezembro de 1963.

3.2 - O paroquiato do Pe. Mário Stella (25/12/1963 a 31/12/1964)

O Pe. Mário Stella já estava trabalhando em Conceição como coajutor do Pe. Francisco fazia nove meses.

Conseguiu no primeiro mês que o Bispo lhe enviasse como coadjutor o Pe. Luís Toni, experimentado no trabalho nos campos africanos.

O paroquiato durou apenas um ano e o Pe. Furbetta pouco escreveu sobre esse periado:

As atividades pastorais prosseguem normais:

Quaresma: à noite, depois do terço, leitura da Paixão do Senhor ... O afluxo dos fiéis é fraco.

Lançamento da Campanha da Fraternidade: o resultado econômico na Matriz é de Cr\$ 35.000,00.

A custo consegue retomar o catecismo dominical nas salas do grupo escolar e as reuniões da Cruzada Eucarística. Na preparação da I Eucaristia os meninos não são muitos, mas têm duas catequistas.

No dia de Corpus Christi resolveram fazer a procissão de manhã: menos gente, mas com mais ordem e *devoção*. As autoridades carregam o pálio.

A 8 de setembro de 1964 reunião dos sócios da sociedade pró-jardim de infância. Chamar-se-á com o nome augurai de Estrela do Mar.

No fim do ano, grande festa para a escolha do Rei do Catecismo em Pedro Canário.

3.3 - O segundo paroquiato do Pe. Francisco Marchi Aletti (Janeiro de 1965 a 25/07/1965)

Em janeiro de 1965 Dom José reuniu no Seminário de São Mateus todos os padres da Diocese para receberem orientação quanto à aplicação da reforma litúrgica conciliar.

Foi nesta oportunidade que também se deu a nomeação dos novos párocos: Pe. Celso Duca para a Paróquia de Vinhático, Pe. Luís Toni para a Paróquia de Pinheiros (ambas demembradas de Conceição da Barra). O Pe. Mário Stella foi para Jerônimo Monteiro e o Pe. Francisco Marchi Aletti para Conceição da Barra.

Com a criação das novas Paróquias de Vinhático e Pinheiros, agora Conceição da Barra ficou com as Capelas de Sant'Ana, Barreiras, Itaúnas, Angelim, Braço do Rio, Pedro Canário, Cia. Paulista e duas outras em construção: nove ao todo.

A Igreja reduziu a Paróquia de Conceição da Barra que passou a ser atendida apenas nos finais de semana pelo pelos Padres Francisco Marchi Aletti e Alexandre Preda, ambos residindo em São Mateus, na Cúria e no Seminário respectivamente, onde trabalhavam durante a semana.

Nesse período a Igreja conseguiu a doação de um terreno medindo 34 metros de frente por 85 metros de fundo destinado à Sociedade Estrela do Mar para o futuro jardim de infância.

Pe. Carlos assim escreveu:

Estava tudo azul, quando o Vigário percebeu por acaso que por baixo da cinza havia fogo: naquele lote estivera antigamente localizado o cemitério!

Um pessoas passaram a cismar que o bafo dos defuntos viesse a prejudicar a saúde e boa sorte das crianças ... Dúvidas, discussões, consulta ao Executivo Municipal e a saúde pública ... Enquanto isso o projeto ficou suspenso ...

3.4 - O paroquiato do Pe. Franco Gasparini (25/07/01965 a 14/02/1968)

A nomeação foi em 16 de julho e a posse em 25 do mesmo mês.

O vigário deixou um resumo muito breve registrado no Livro Tombo cujo texto segue publicado ao pé da letra:

No dia 25 de julho de 1965 tomei posse da Paróquia. O clima espiritual era quente. o povo

não queria o novo vigário porque estava acostumado com o velho.

Fui jogado como um foguete no meio da luta. O Bispo não fez nada para preparar o ambiente e fiquei sozinho. É difícil descrever a situação dos primeiros dias. A empregada estava sempre de cara feia e o meu retiro durou dois meses.

No dia 4 de novembro do mesmo ano iniciou a construção do jardim de infância.

Para a festa da padroeira houve uma pregação de 3 dias sobre o Concílio Ecumênico; o resultado foi melhor do que se esperava.

O povo neste tempo andou mudando e começou a procurar-me. Só uma família permanecia firme na oposição e procurava com todos os meios prejudicar o meu trabalho. Na realidade o velho vigário ficou sempre de "olho aberto" sobre Barra e isto causou muito sofrimento. Por dois anos uma pessoa funcionou de estafeta entre Barra e São Mateus para destruir o meu trabalho. Isto aconteceu porque lá havia alguém que escutava e aprovava.

Esperei em vão uma cooperação moral do Bispo. Procurei na pregação dar um sentido mais cristão à vida ... porque o nível da vivência paroquial era muito baixo. Muitas vezes as exterioridades religiosas enganam: a realidade que está por baixo é triste. É impressionante contactar a realidade religiosa deste povo fanático e superficial.

No ano de 1966 foi pintada a igreja e foram inaugurados os arcos para facilitar a participação do povo nas funções religiosas. Todos ficaram satisfeitos excetos os fanáticos.

Procurei também libertar o vigário da escravidão da família X: a Igreja é do povo e não uma fazenda particular.

Conclusão: deixo a Paróquia antes do tempo marcado, a fim de possibilitar os consertos e a limpeza da casa canônica ... De fato a casa não estaria em mau estado de conservação, pelo menos se comparado com o desleixo que a encontrei, mas paciência! Espero que Deus seja mais bondoso que os homens.

Assinado: Pe. Franco Gasparini, Conceição da Barra, 14.2.1968

Com a saída do Pe. Franco, a Paróquia foi entregue ao Pe. Tiago Gheza que era da Ordem dos Pavonianos. Governou-a de 19 de fevereiro de 1968 a 16 de setembro de 1971.

Encerra-se aqui a história da Paróquia pois esta parte finda com a renúncia de Dom José, em 1970.

NERY, D. João Baptista Corrêa. CARTA PASTORAL DE D. JOÃO BAPTISTA CORRÊA NERY Despedindo-se da diocese do Espírito Santo seguida de algumas notícias sobre a mesma diocese. 1901. Typ. a Vapor da Casa Livro Azul. Campinas. Pág. 57-60

Barra de S. Matheus

(26ª parochia visitada)

No dia 8 de Agosto de 1900, chegamos em visita a esta freguesia, que se acha a 18°, 37' e 50 de lat. e 3°, 24' e 19" de long. Entre o rio S. Matheus e o oceano, na ponta formada pela barra do mesmo rio do lado N.

Alguns dos indivíduos que povoaram o rio S. Matheus, não quiseram internar-se, ficando estabelecidos na barra do mesmo rio. Dai, segundo Dr. Marcellino, a origem da Barra.

Crescendo a população, foi necessário, em 1812 construir-se uma capela que por decreto de 11 de Agosto de 1831, foi elevada a matriz, criando-se assim esta freguesia.

Pela resolução do Conselho do Governo de 2 de Abril de 1833, deu-se-lhe o predicamento de vila.

Em Setembro de 1891 foi elevada a cidade, com o nome de Conceição da Barra, e em 10 de Junho de 1892 foi criada a comarca. Dista quarenta léguas da Capital.

Quase sempre está esta freguesia anexa á de S. Matheus, por não poder sustentar um vigário próprio.

Tem seis ruas, quatro travessas e duas praças.

Na praça principal está a matriz que possui três altares: o da Conceição, o da Assumpção e o de S. Sebastião.

Tem o corpo da igreja 11m,50 de comprimento, 33m,80 de largura.

Foram vigários os RR. PP. Manoel dos Santos Pereira, Francisco Pinto Ribeiro, Manoel Maria Braga, Ovídio José Goulart de Souza, Caetano Araujo Pereira de Miranda, Bernardino de Santa Euphrosina Rego Barros, Manoel Cordeiro dos Santos, Francisco Antunes de Siqueira, Domingos Martinelli, Manoel Augusto Cesar da Fonseca, Jacintho Messias Peixoto, Antonio Bernardo do Rosário, Vicente Maria Sausone, Vitto Yurno, José Garand e Ricardo Ruperez.

Fizemos nesta freguesia as seguintes recomendações:

- . que se adquirisse sacras para o altar mor, galhetas e um tapete que cobrisse os degraus do mesmo altar e estrado;
- . que se fechasse a chave o batistério e ai colocasse um quadro do Batismo de J. Cristo;
- . que fosse dourados e novamente sagrados dois cálices que possui a matriz;
- . que se substituísse o vidro do ostensório;
- . que se reformasse alguns paramentos e se fizessem um de uma só cor os de duas cores especialmente o roxo-verde.

Oliveira , José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo. – 3 ed . - Vitória : APEES, 2008.**

[PÁG. 90-91] **Auxílio da Bahia – Fernão de Sá** – “...e por me não deixar os moradores yr em pessoa” – continúa o governador geral – “mamdei a fernão de saa meu filho com sejs vellas e perto de dozemos homens.”⁴⁰

Brás do Amaral informa que, em companhia de Fernão de Sá, vieram os capitães Diogo Álvares e Gaspar Barbosa, que participaram voluntariamente da missão:41 “em chegamdo a capitania do espirito Santo emtrou por comselho dos que comsiguo leuaua pello Rjo de cicaree e foi dar em tres fortallezas muito fortes que se chamauão marerique donde o gentio fazia e tinha feito muito dano e mortos muitos cristãos as quajs Rendeo com morte de muito gentio e elle [Fernão de Sá] moreo ally pellejando”*

Relatando os fatos poucos meses depois, em carta ao “padre geral” da Companhia de Jesus, o irmão Antônio Blasquez escreveu que Fernão de Sá e seus homens “fueron a dar donde no los mandavan, y todavía rendieron dos cercas donde mataron mucha gentilidad y prendieron muchos yndios. Con este buen successo, queriendo el Capitão seguir la victoria, dió

en la tercera cerca donde se acabava todo de vencer. En ésta lo dexaron todos los suyos con solos diez hombres a pelear, y se acogeron a los navios, unos por curar algunas heridas de poco momento, otros por recadar sus pressas que ellos más desseavan. Estos diez con su Capitán pelearon tan bien, que tenían ya la cerca rendida sy Le acudieran con dos ollas de pólvora que nunca se las quisieron llevar, hasta que los Yndios conocieron que eran tan pocos, con lo qual cobraron ánimo y cargaron sobre ellos y hizieronlos venir recogiendo hasta los navios. Y quiso La desventura que les avían tirado los navíos y barquos donde los dexara, que fué otro desatino nunca oydo; y alli en la playa pelaron un gran rato aguardando socorro de los navios, y al cabo nunca les vino; y allí mataron al Capitán hijo del Governador con cinco, porque los otros salváron-se a nado”.

* AMARAL, *Notas*, I, 338.

– Frei VICENTE DO SALVADOR assevera que a expedição constava de cinco embarcações, tendo por capitânia a galé *São Simão*. Os outros comandantes eram Diogo Morim, o velho,* e Paulo Dias Adorno. Em Porto Seguro, onde tocaram, foram informados de que no rio Cricaré** estava o grosso do gentio que guerreava contra o donatário do Espírito Santo. Diogo Álvares e Gaspar Barbosa juntaram-se ali à expedição com os seus caravelões (*Hist. Brasil*, 167).

** “*Kiri-kerê*, o que é propenso a dormir, o dorminhoco. Nome que davam os índios a uma planta mimosácea, como a sensitiva. É o nome indígena do Rio São Mateus” (SAMPAIO, *O Tupi*, 192).

Matança de ambas as partes – Diogo de Morim assumiu o comando da expedição e rumou “pera a villa donde estaua vasco fernandez mas jaa deserquado e o gentio com a nova da estroizam das fortallezes se Recolheram a huma fortalleza em que tinhamo grande comfiança e balltezar de saa meu sobrinho com hos majs da armada a combateram entrarão e matarão os majs que nella estauão o que foi causa de pedirem pazes e se someterão a toda obediência”, concluiu o governador geral.*

Dentre as perdas que os brancos tiveram a lamentar, destacam-se Bernaldo Pimenta, morto “ao entrar de uma casa”⁴⁴, e Manoel Ramalho.

Foi tamanha a mortandade que fizeram entre os silvícolas que Mem de Sá pôde escrever ao monarca: “Fica [a capitania do Espírito Santo] agora muito pacífica e o seu gentio tão castigado: mortos tantos e tam principaes: / que parece que não alevantaram a cabeça tam cedo”.

Maior, muito maior deve ter sido o número de escravos aprisionados, pois essa modalidade de caça era uma das mais poderosas atrações do voluntariado daqueles tempos.

– JABOATAM informa que dois filhos (naturais) de Diogo Álvares, o *Caramuru*, morreram ao lado de Fernão de Sá: “Manuel Alvares, e Diogo Alvares, que matarão os Indios em Giquiriçá (*sic*), quando matarão o filho do Governador Men de Sá” (*Orbe Seráfico*, 55).

44 - *Instrumento*, 132-3.

45 - Frei VICENTE DO SALVADOR diz Bernardo Pimentel, o velho (*Hist. Brasil*, 170). Tudo leva a crer que outro não era senão Bernaldo Sanches de la Pimenta, que fora provedor da Fazenda e governara a capitania durante o tempo em que Vasco Coutinho estivera ausente pela segunda vez (1550-55). Grafamos “Bernaldo” porque assim se lê no traslado da carta de sua nomeação para o cargo de provedor (*DH*, XXXV, 160) e em Nóbrega (*Cartas*, III, 81). SERAFIM LEITE adota a forma atual – Bernardo. É desse mesmo autor a

observação de que Bernaldo Pimenta morreu depois de vinte de janeiro de 1558, pois nesta data paraninfou o batismo ou casamento de Sebastião de Lemos (*HCJB*, I, 234-5), filho de

Maracaiaguaçu (PIRES, *Cartas*, II, 372). Daí se concluir que a expedição enviada por Mem de Sá chegou ao Espírito Santo depois dessa data.

46 - Manoel Ramalho “possuía terras confinantes com as doadas ao Colégio de Santiago em 1552” (LEITE, *Cartas*, III, 82, nota 36); *foot-note* n.º 26 deste capítulo.

[PÁG. 226] Encontramos referências a um tal Bruno,⁵² ou Bueno,⁵³ que teria descoberto terrenos auríferos na margem direita do Manhuaçu; e, de 1780, existe uma representação de Francisco Xavier Teixeira Álvares, dirigida à rainha, pedindo fossem enviados seis padres para várias aldeias de gentios situadas nas cabeceiras do rio S. Mateus e licença para explorar o ouro que encontrasse, além de certas regalias que era costume conceder aos primeiros povoadores.

[PÁG. 359] “Relação das Cidades, Vilas, Arraiais, Freguesias, &, que existem em toda esta Província do Espírito Santo... O Arraial N. S. da Conceição da Barra. (Relação que acompanhou o Ofício de oito de outubro de 1829, de Inácio Acioli de Vasconcelos a José Clemente Pereira, in *Pres ES*, V, p. 191/3).

ROCHA, Levy. Viajantes estrangeiros no Espírito Santo. RJ, Ebrasa. 1971. Pág. 54.

Na barra do rio São Mateus havia uma povoação com umas vinte e cinco casas. Fôra iniciada, em 1725, por dois ou três foragidos da justiça. Ao alcançá-la, os viajantes ficaram alojados numa venda.

ROCHA, Levy. De Vasco Coutinho aos Contemporâneos, RJ, 1977. PÁG. 29-33

Dentre os graves problemas com que se defrontou o Governador Geral do Brasil, ao assumir o cargo, na Bahia, um foi o pedido de socorro emitido da Capitania do Espírito Santo, em eminente perigo de voltar à posse dos seus legítimos donos.

Os cinco engenhos de água e dois movidos a cavalos, fatores de prosperidade da Capitania que já exportava açúcar, davam trabalho a muitos escravos negros e índios. Mas os colonos portugueses não desejavam viver além da cerca de taipa, levantada como proteção da Vila da Vitória por maior temor às incursões dos piratas franceses. Preferiam o entretenimento do jogo de cartas e dados, a bebida e a expansão de outros maus costumes, como o de tomar as mulheres dos índios. E ao insistirem na prática de os subjugar ao cativo, provocaram grande sublevação.

Vasco Fernandes Coutinho, no apelo ao Governador Geral, dizia que o gentio alevantado “lhe fazia crua guerra e lhe tinha mortos muitos homens e feridos”. Estava encurralado na ilha, onde não lhe davam trégua dia e noite, e se apavorava com o perigo de ser moqueado, se não recebesse socorro com muita pressa.

Mem de Sá, por não poder ir em pessoa, mandou seu próprio filho, numa expedição guerreira, com seis velas e perto de duzentos homens. Capitaneava, assim, a armada punitiva, o jovem Fernão de Sá, na galé São Simão. Seguia-o seu primo, Balthazar de Sá, no comando da galé Conceição. Noutros caravelões se destacavam, ainda, os comandantes: Diogo de Amorim Soares, Diogo Alvares e Gaspar Barbosa.

A armada levava um padre para os atos religiosos e, entre os soldados que a compunham, a história registrou mais os nomes de dois filhos de Caramuru: Manoel Alvares e Diogo Alvares; do alferes Joanne Monge e de Bernardo Pimentel.

Partiram da cidade de Salvador, entre janeiro o maio de 1558, bem provisionados com barris de pólvora de bombarde e pelouros, ou balas de ferro, destinados às peças de calibre 3, conhecidas por "falcões".

Estavam, ainda, bem aprovisionados com algumas arrobas de pólvora para os arcabuzes e boa quantidade de armas brancas; espadas de dois gumes, lanças e piques.

O comandante, na Vila de Porto Seguro, onde recebeu reforços, foi informado de que o gentílico Tamoio se concentrava com a sua maior força na margem do rio Cricaré (nome que significa: "o dorminhoco") bem protegido por três fortalezas, chamadas **marrerique**. Para lá navegou, subindo o rio até atingir as paliçadas da primeira fortaleza.

A batalha que então se travou, é detalhada num poema heróico de Anchieta. Ele descreveu as vastas fortificações dos selvagens de cuja segurança jamais poderíamos fazer idéia pelas gravuras dos livros de Hans Staden, Lèry, De Bry ou Thevet.

Cada um dos fortes era rodeado por seis voltas de madeiros descomunais, em paliçadas, ligados a outros transversais, formando um muro soberbo, ladeado por duas torres.

No dia 22 de maio de 1558, a luta começou no próprio curso do rio, onde numerosas igaras tentaram, sem êxito, deter os caravelões. Aquartelando-se nos arraiais, o Tapuia obstruiu as entradas com grandes troncos e excitado pelo som cavernoso das inúbias de cabeças, dos búzios re-curvos, e rabos de tatus grandes, em gritarias, procura conter o avanço do ataque maciço, flechando das seteiras os soldados que avançavam pelo terreno arenoso. A muralha dos grandes troncos é rompida a machado: os soldados se espriam naquele reduto adversário e a golpes de machadinhas completam a destruição do interior.

Os índios se refugiam na segunda trincheira que os atacantes vencem e estraçalham, igualmente.

Fernão de Sá, protegido por uma couraça de malhas, um escudo ao braço esquerdo e manejando com o direito os arcabuzes arremessa-se audaciosamente sobre o terceiro forte, seguido de dez companheiros mais impetuosos. Não percebe que os outros se esgueiram do combate, sem o socorrer ao menos com a munição de duas panelas de pólvora que pedira; voltam às naus afastando os barcos das margens. "Ao ver-se abandonado entre os inimigos — relata Anchieta — com poucos companheiros, entendendo ser inútil lutar contra tantos, retira-se dos arraiais e pouco a pouco recua na direção do rio para entrar com seus bravos nas barcas que aí estariam presas". Os índios concentram sobre o bravo capitão uma chuva de flechas, atingem-no, por fim, mortalmente, bem como o seu alferes Joanne Monge, os dois filhos de Caramuru e mais quatro soldados. Uns, se salvam a nado "e os feridos em algumas jangadas, entre os quais foram os dois capitães Adorno e Morim" — relata outro historiador quinhentista.

Enquanto os corpos daqueles heróis são abandonados ao apetite canibal do Tapuia, a armada, agora sob o comando de Diogo de Amorim, navega a todo pano para a Vila da Vitória. Lá, os receberiam, consternados, o donatário, o padre Braz Lourenço e o irmão Antônio de Sá, que na nova ermida coberta de telhas do Colégio preparam as exéquias de Fernão de Sá e seus companheiros mortos.

Decorrido um mês, a expedição estava refeita das canseiras e as feridas das setas, tratadas com o azeite de copaíba e o bálsamo de cabriúva, eram cicatrizadas.

Balthazar de Sá assume o comando da armada, volta ao reduto indígena do Cricaré onde matando uns, aprisionando outros, extermina o furor do adversário.

Contam que Mem de Sá, ressentido com a morte do filho, não quis receber a expedição e diz Anchieta que o Governador "escondeu no nobre coração a imensa desgraça".

RUBIM, Francisco Alberto. **Memória Estatística da Província do Espírito Santoo no ano de 1817**. Revista do IHGB, Tomo XIX, nº 22, 1856

[Pág. 186] Relação das cidades, vilas e povoações da província com designação dos fogos de cada uma, em 28 de março de 1831.

Vila de São Mateus	Fogos
A vila.....	280
A povoação de S. Anna.....	153
A povoação da Barra.....	154

[Pág. 294] Relação da cidade, vilas, freguesias e arraiares da província do Espírito Santo

A vila de S. Mateus compreende a freguesia deste nome. São filiais a ela as capelas não curadas de S. Benedito e de N. S. da Conceição. Tem os arraiares da Barra e de Santanna. Este é habitado por índios.

[Pág. 345] – 1812 – Edifica-se a igreja da vila da Barra.

SIQUEIRA, Francisco Antunes de. **Memórias do passado: a Vitória através de meio século**. Vitória, Floricultura: Cultural –ES, 1999. Pág. 85

Em 1872 presenciei na vila da Barra de São Mateus uma cerimônia sacro-profana que relembra as lutas entre os cristãos e mouros em honra de São Sebastião, o invicto mártir do cristianismo nos lutosos dias do imperador Diocleciano.

No dia 19 de janeiro, à porta da matriz, em frente do andor do santo, colocam-se dois batalhões, fardados de modo diverso, com seus respectivos estandartes, tendo impressos os emblemas de suas crenças.

Trocam-se diferentes embaixadas por emissários de um e de outro partido, nos quais cada um faz valer a verdade de sua religião. Depois de um convite formal para um combate que deve definir o seu valor, os cristãos, ao som de tambores, marcham para a frente da imagem do santo, amolando suas lanças e espadas, e, ajoelhando, juram defender o seu culto e com ele o do cristianismo.

Daí em diante abre-se uma luta horrível e encarniçada. Durante o trânsito da procissão há perigosos encontros e um vivo tiroteio de armas de fogo, com pólvora seca, e vários duelos entre os principais personagens. O resultado é, ao recolher-se a procissão, apoderarem-se os mouros da imagem, levando-a em triunfo para seu castelo, levantado primorosamente na praça principal.

Guardam-na durante a noite, por vigilantes sentinelas, e festejam com galhardia e soberba pompa o seu glorioso triunfo.

No dia seguinte, 20 de janeiro, dão os cristãos um novo assalto e retomam o seu santo; pelo que, convencidos os mouros da poderosa intercessão do mártir, submetem-se à fé cristã e são batizados, aspergindo-os o pároco com água benta, para simbolizar essa cerimônia que os inicia nos mistérios da fé cristã.

Em seguida, faz-se a procissão com o Sacramento, ao estrondo de fogos artificiais e vivas entusiásticos.

Esse espetáculo é imponente e comovedor!

Davam-se às vezes nesses conflitos ocorrências desagradáveis. porquanto alguns partidários, possuídos de paixão, atacavam deveras uns aos outros, dando lugar a ferimentos. Rojavam alguns pelo chão, envoltos no pó e contundiam-se!

SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado Descritivo do Brasil em 1587 Obra de Gabriel Soares de Sousa. Rj. Typographia de João Ignacio da Silva. 1971. Pág. 57.

D'este rio de Mocuripe ao de Cricaré são dez léguas, e corre-se a costa do rio das Caravelas até Cricaré norte sul, e toma da quarta nordeste sudoeste; o qual rio Mocuripe está em dezoito grãos e três quartos; pelo qual entram navios de honesto porto, e é muito capaz para se poder povoar, por a terra ser muito boa e de muita caça, e o rio de muito pescado e marisco, onde se podem fazer engenhos de assucar, por se metterem n'elle muitas ribeiras de água, boas para elles. Este rio vem da muito longe, e navega-se quatro ou cinco léguas por elle acima; o qual tem na barra, da banda do sul quatro abertas, uma légua, e mais uma da outra, as quaes estão na terra firme por cima da costa, que é baixa e sem arvoredos, e de campinas. E quem vem do mar em fora parecem-lhe estas abertas bocas de rios, por onde a terra é boa de conhecer. Até aqui senhorearam a costa os Tupiniquins, de quem é bem que digamos n'este capitulo que se segue antes que' chegemos à terra dos Goaitacazes.

VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828. Vitória, Arquivo Publico Estadual, 1978.

[Pág. I] São Mateus situada a margem do rio deste nome a 5 léguas da sua barra compreende 20 léguas de costa do mar, e é limitada pelo Rio Doce e Riacho Doce seis léguas ao N. da barra de São Mateus. Contém 5.734 almas, 8 lojas de fazenda seca, 14 de molhados, tavernas e 463 fogos. Esta vila contem as povoações [*da barra do São Mateus*] e da barra de Santa Ana; a primeira situada a esquerda da barra do mesmo Rio São Mateus e contém 444 almas, 2 lojas de fazendas secas, 3 de molhados e 56 fogos; a segunda situada a margem esquerda do Rio Santa Ana que deságua em São Mateus e contem 168 almas, nenhuma loja de fazendas secas, uma de molhados, 28 fogos, N.B. desde Rio Doce até São Mateus está despovoado.

[Pág. Ov] Pela comparação das tábuas parece que o comércio é ativo e é verdade mas toda a atividade provem do gênero farinhas da vila de São Mateus porque, excetuando essa vila, toda a província faz um comércio passivo e só deixou de ser menos passivo em 1826 com a exportação das farinhas para as províncias do norte.

WIED, Maximilian, Prinz von. Viagem ao Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edit. Da Universidade de São Paulo, 1989. Pág.169-170.

À tardinha, chegamos à barra do S. Mateus, rio de tamanho regular, de margens aprazíveis cobertas de mangues (*Conocarpus* e *Avicennia*) e, mais, além, de florestas. Duas lanchas (barcos pequenos) estavam ancoradas à margem sul; na margem norte fica a povoação chamada Barra de São Mateus, constituída de vinte e cinco casas. O rio desce de florestas seculares, infestadas de tapuias, e forma diversas cachoeirinhas, sendo navegável, por sumacas, cerca de nove léguas para o interior. As margens são o trecho mais fértil da "comarca", porque, ao que parece, as formigas não fazem aí tanto estrago; nas florestas, há abundância de jacarandá, vinhático, putumuju, sergueira e outras madeiras úteis.

Recebe o São Mateus uma porção de pequenos rios, dos quais o Rio de Santa Ana, o Rio Preto, ou Mariricu, e o São Domingos são os mais importantes. Estava, então, profundo, porque era a época da cheia e talvez por isso ninguém daria atenção aos nossos chamados e tiros, para

que nos viessem buscar em canoa. Perambulamos muito tempo entre as pequenas matas e pela areia, e sentíamos quase resignados à penosa contingência de passar a noite onde nos achávamos, quando uma canoa, conduzida por dois escravos negros, veio e nos tomou. Nossa "tropa" só chegou tarde da noite; estavam, porém, os dela, mais preparados para acampar, porque tinham alimento, fogo e cobertores, e havia uma linda queda d'água, perto da costa, para lhes aplacar: a sede.

Na pequena povoação de Barra de S. Mateus, alojamo-nos em uma venda, cujo dono era intitulado Capitão Regente. Nossos documentos, e as recomendações do ministro, garantiam-nos, em toda parte, muito boa recepção. Segundo Arrowsmith, a "barra" do rio São Mateus fica a 18°15'; segundo outros, a 18°50'; havendo mesmo diferenças maiores. A última posição parece a mais certa, de vez que no lugar em que ficaria o São Mateus por aquele mapa, o Mucuri deve lançar-se no oceano.

Aproximadamente oito léguas rio acima, erguese a vila de São Mateus, cuja situação não deve ser muito salubre, devido aos pântanos vizinhos, Tem cerca de 100 casas, possuindo o distrito perto de 3 000 habitantes, incluindo brancos e gente de cor. Apesar de ser uma das vilas mais novas da região de Porto Seguro, acha-se em situação próspera... Cerca de meia légua rio acima, fica a povoação de Santa Ana, formada por, mais ou menos, vinte famílias de índios, somando setenta pessoas. Um Botocudo foi morto em Santa Ana pouco depois de nossa partida. Era um homem idoso e usava grandes batoques de madeira' nas orelhas e no lábio inferior. O Sr. Freyreiss, que de novo visitou o lugar em fevereiro, trouxe o crânio, desse selvagem, que está agora em poder do professor Sparrmann.